

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Textos para discussão  
Diretoria de Pesquisas  
Número 16

# **Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002**

**Ana Lucia Saboia  
Barbara Cobo**

**Rio de Janeiro  
2004**

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

**Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3739-3

© IBGE. 2004

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2004.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

---

Saboia, Ana Lucia

Um Panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004.

37p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 16)

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3739-3

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2002. 2. Pobreza - Brasil. 3. Igualdade - Brasil. 4. Indicadores sociais - Brasil. 5. Renda - Distribuição - Brasil. I. Cobo, Barbara. II. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais      CDU 314.6(81)"2002"  
RJ/2004-24    DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

---

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Pobreza e desigualdade: aspectos práticos e teóricos.....</b>	<b>8</b>
<b>Distribuição de renda no Brasil e critérios de mensuração da desigualdade.....</b>	<b>11</b>
Curva de Lorenz .....	11
Análise da evolução do rendimento médio .....	13
Razão 10/40 e 20/20.....	16
Coeficiente de Gini.....	18
<b>Desigualdade E Pobreza Relativa No Brasil: Condições De Vida Da População.....</b>	<b>22</b>
Desigualdades nos indicadores de saneamento .....	23
Desigualdades nos indicadores de educação .....	24
Desigualdades nos indicadores de mercado de trabalho.....	28
Desigualdades categorizadas .....	33
<b>Considerações finais .....</b>	<b>36</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>38</b>



# Apresentação

As discussões sobre desigualdade e pobreza têm tido um destaque especial nas agendas de debates nacionais e internacionais. Em particular, o levantamento de informações sobre esses dois fenômenos é de fundamental importância para o entendimento da sociedade brasileira e para a busca de soluções em termos de desenho e elaboração de políticas públicas específicas. O presente texto se propõe a discutir os diversos conceitos e possibilidades de dimensionamento da desigualdade no país e estabelecer um paralelo com a questão da pobreza, comparando os segmentos populacionais situados nos extremos da distribuição de renda, a partir de indicadores de condições de vida e mercado de trabalho, utilizando basicamente os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

**Luiz Antonio Pinto de Oliveira**

Chefe da Coordenação de População e Indicadores Sociais



# Introdução<sup>1</sup>

As questões relativas ao desenvolvimento socioeconômico, pobreza e desigualdade, assim como suas inter-relações, têm tido um destaque especial nas discussões ocorridas mundial e nacionalmente, sobretudo no tocante a estratégias de ação tanto por parte dos governos como da sociedade civil. A erradicação da fome e da extrema pobreza, por exemplo, representa a primeira das oito Metas de Desenvolvimento do Milênio que fazem parte da Declaração do Milênio de 2000, coordenada pela ONU e assinada por 189 dos seus países membros – incluindo o Brasil, que servirão de base para uma agenda global de desenvolvimento humano.

A formulação de políticas públicas de combate à pobreza e a desigualdade demanda não só sua mensuração, como também a identificação do público potencialmente alvo de políticas dessa natureza. Existem, atualmente, vários métodos de mensuração, porém, dada a complexidade dos fenômenos, as dificuldades são grandes e a escolha por um ou outro torna-se um desafio. Grande parte das dificuldades surge em função da compreensão de que tanto a pobreza quanto a desigualdade constituem fenômenos multidimensionais e que suas causas vão além da insuficiência de renda, estando associadas a diversas dimensões das condições de vida.

Especificamente em relação à mensuração da pobreza, o Brasil não possui uma linha de pobreza oficial, embora algumas linhas venham sendo divulgadas por instituições e pesquisadores independentes. Todavia, o país vêm participando de diversas discussões sobre o tema. A Comissão de Estatística das Nações Unidas constituiu um grupo de especialistas (“Grupo do Rio”) que, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e secretariado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, vem se reunindo desde 1998, produzindo uma apreciável quantidade de material sobre métodos e fontes de informações que deverão ser compilados em um “manual” de melhores práticas de análise e mensuração. Existe

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma ampliação e uma atualização do texto *Situação da População Brasileira: Níveis de Desigualdade*, preparado pela COPIS/GEISO para o FNUAP, com vistas a se tornar parte integrante do *Relatório sobre a População Mundial 2002*. Colaborou Carlos Caride.

um consenso de que especial atenção deve ser dada à construção de fontes estatísticas confiáveis que permitam viabilizar o desenvolvimento de diversas medidas.

Por sua vez, a área social do IBGE, considerando a alta correlação existente entre a pobreza e a desigualdade, tem divulgado, por meio da publicação *Síntese de Indicadores Sociais*, indicadores que podem ser considerados "medidas" de pobreza relativa a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nesse sentido, são construídos indicadores para o número de pessoas e número de famílias por classes de rendimento familiar mensal *per capita*, relacionados às diversas dimensões das condições de vida da população. A opção pelo uso destes indicadores contempla a idéia de que os conceitos de pobreza e desigualdade vão além do quesito renda, envolvendo outros fatores como escolaridade, saneamento básico, entre outros.

Neste texto, são analisados alguns indicadores que, sob o enfoque da pobreza relativa entre grupos sócio-demográficos específicos, oferecem um quadro de referência atualizado para o ano de 2002, permitindo qualificar a dimensão do processo de desigualdade na sociedade brasileira. Na seção 2, são apresentados alguns aspectos importantes quanto à multidimensionalidade dos fenômenos e quanto à opção de análise da desigualdade sob ótica da renda. A seção 3 faz um panorama do nível de desigualdade de renda no Brasil, com base nos dados das PNADs da década de 90 e os anos de 2001 e 2002. Na seção 4 são enfocados alguns aspectos referentes às diversas condições de vida da população, enfatizando as diferenças existentes entre dois estratos populacionais extremos, a partir de um corte arbitrário de renda. Sob a perspectiva de análise em termos de pobreza relativa, são trabalhados indicadores de renda, mercado de trabalho, educação e saneamento. A seção 5 analisa a desigualdade sob o enfoque das desigualdades "duráveis", ou seja, as desigualdades que persistem ao longo dos tempos, independente das oscilações conjunturais e que, em geral, são observadas entre categorias, como as diferenças etno-raciais. Por fim, a última seção faz um breve sumário das principais conclusões.

## **Pobreza e Desigualdade: aspectos práticos e teóricos**

Amartya Sen (1976), um dos estudiosos contemporâneos mais atuantes na área de pesquisa referente à pobreza e desigualdade, aponta dois problemas na mensuração da pobreza: (i) a identificação da proporção de pobres em relação ao total da população, e (ii) a construção de um indicador de pobreza utilizando a informação disponível sobre esses pobres. A escolha do "limite" que separa os pobres dos não-pobres é, portanto, de suma importância e, uma vez determinado este "limite", tanto o nível como a natureza do fenômeno só podem ser entendidos em relação a ele (Ferreira & Litchfield, 2000). A primeira escolha metodológica recai, portanto, em se adotar um conceito absoluto ou relativo de pobreza.

A noção de pobreza relativa baseia-se na comparação entre os estratos populacionais, independentemente das condições concretas que caracterizam os estratos mais baixos. Nesse caso, as desigualdades na distribuição de renda são medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos vários grupos na população total e na renda agregada e o parâmetro de renda que irá delimitar o universo de pobres é, geralmente, definido em relação ao valor mediano ou médio da distribuição de renda. Uma outra possibilidade é a análise do coeficiente de Gini, que mede os desvios de uma determinada distribuição da renda em relação a uma distribuição perfeitamente eqüitativa. Assim, quanto mais elevado o Gini, maior a pobreza relativa (Tolosa, 1991). A mensuração da pobreza relativa é, portanto, mais um problema de eqüidade social e está associado com o desenvolvimento de políticas para a redução das desigualdades sociais e a criação de mecanismos compensatórios para as diferenças mais extremas de riqueza, condições de vida e oportunidades (Schwartzman, 1998).

No que diz respeito à pobreza absoluta, existem duas abordagens não mutuamente excludentes: necessidades básicas e linha de pobreza. As necessidades básicas são, em geral, definidas a partir de critérios nutricionais e antropométricos, sendo comumente associadas à própria sobrevivência física do indivíduo. Nesse contexto, o método universalmente utilizado dentro dessa abordagem é estimar a quantidade mínima de calorias e proteínas que uma pessoa precisa ingerir para sobreviver e adotar essa medida como um critério de pobreza absoluta. Sen (1985) e Schwartzmann (1998), contudo, encontram uma longa lista de problemas técnicos com esta abordagem, como, por exemplo, a definição biológica desse "mínimo" e sua variação de acordo com a idade, sexo, clima, físico e tipo de atividade de cada pessoa; equivalências entre os diferentes tipos e quantidades de alimentos e nutrientes; e a necessidade de adicionar outras necessidades essenciais não alimentares, como moradia e vestuário, com similares problemas de variância e equivalências.

Pode-se, por outro lado, adotar um parâmetro mínimo de renda, estimado a partir dos gastos necessários em alimentos para atingir a ingestão calórica recomendada pela Organização para Agricultura e Alimentação da ONU (FAO), abaixo do qual o indivíduo seria considerado extremamente pobre ou indigente. A agregação de gastos não alimentares resulta em um outro parâmetro que pode ser entendido como uma linha de pobreza. Rocha (1998), entretanto, adverte que existe uma forte suposição por trás dessa abordagem uma vez que esta pressupõe que pessoas diferentes possuem as mesmas necessidades e derivam o mesmo bem-estar de uma dada renda. Além disso, a autora adverte que não há consenso sobre a composição das necessidades não-alimentares e, muitas vezes, a linha de pobreza adotada acaba por refletir, essencialmente, as necessidades básicas em termos nutricionais (linha de indigência ou extrema pobreza).

Todavia, o argumento central na crítica a adoção de linhas de pobreza dessa natureza é que existem dimensões, além da renda, que são extremamente importantes na análise do padrão de vida de um indivíduo, tais como moradia, saneamento

adequado, escolaridade, estar bem alimentado, entre outros. Na verdade, a renda seria um meio para atingir determinadas condições de vida e não um fim em si mesmo. Em outras palavras, Arguello (1979) define pobreza como a situação socioeconômica em que se encontram os estratos populacionais que não podem satisfazer adequadamente as necessidades definidas culturalmente como básicas. Da mesma forma, Lewis (1968) afirma que a rigor, *“o conceito de pobreza deve ser definido e mensurado de modo a incluir não apenas a sua dimensão econômica, mas também os aspectos social, cultural e biológico. Em um sentido mais amplo, diz-se que a cultura da pobreza refere-se a uma atitude de vida adquirida em ambiente social e histórico caracterizado pela ausência de participação e integração nas principais instituições da sociedade”*.

A desigualdade, por sua vez, é um fenômeno inerente à humanidade. Os indivíduos diferem entre si de diversas maneiras, envolvendo desde diferenças interpessoais "externas" ou circunstanciais até diferenças "internas". As pessoas começam suas vidas com diferentes dotações de renda (herança), vivem em ambientes naturais diversos (alguns mais hostis que outros), pertencem a sociedades e comunidades que oferecem diferentes oportunidades e que podem apresentar fatores epidemiológicos específicos passíveis de afetar a saúde e o bem estar daqueles que vivem em determinada região. Além dessas diferenças no ambiente natural e social, as pessoas também divergem em termos de suas características pessoais, como idade, sexo e capacidades físicas e mentais (Sen, 1992:19).

Todos esses fatores são relevantes na análise da desigualdade e existe uma ampla gama de variáveis que podem julgar essas comparações interpessoais, como renda, utilidade, liberdades, direitos, qualidades de vida, entre outros. Ainda segundo Sen (1992:20), essa pluralidade de variáveis que podem ser focadas na avaliação de desigualdades interpessoais engendra uma difícil decisão referente a perspectiva a ser adotada. Tal decisão torna-se mais complicada quando se considera que a igualdade sob uma determinada perspectiva ou espaço de avaliação (renda, por exemplo) não garante igualdade nas outras variáveis (saúde ou bem-estar, por exemplo). Dois indivíduos com níveis de renda exatamente iguais podem apresentar diferentes habilidades em utilizar essa renda ou mesmo diferenças em termos de condições físicas que podem gerar distintos níveis de bem-estar ou êxito naquilo que ambos se proponham a fazer. Assim, uma das conseqüências da diversidade humana é que a igualdade em um "espaço" tende a ocorrer, de fato, com desigualdade em outro.

A escolha da perspectiva de avaliação da desigualdade é, portanto, crucial e toda a análise e metodologia a partir desta decisão deve ser entendida em um contexto mais restrito do fenômeno. De uma forma geral, têm sido mais comuns os estudos direcionados à análise da desigualdade econômica entre os indivíduos medida em termos de diferenciais de renda. Tal opção se justifica tanto pela dificuldade de mensuração das demais variáveis, como pelo fato de as desigualdades referentes à renda ou ao bem-

estar constituírem um componente explicativo do conjunto das diferenças observáveis nos indivíduos (Borges, 2000). É claro que ao deixar de lado a multidimensionalidade do fenômeno, a análise se torna mais limitada. Contudo, não obstante as limitações apresentadas para a análise estritamente monetária da desigualdade, diversos critérios e metodologias nesse sentido têm sido desenvolvidos.

## **Distribuição de renda no Brasil e critérios de mensuração da desigualdade**

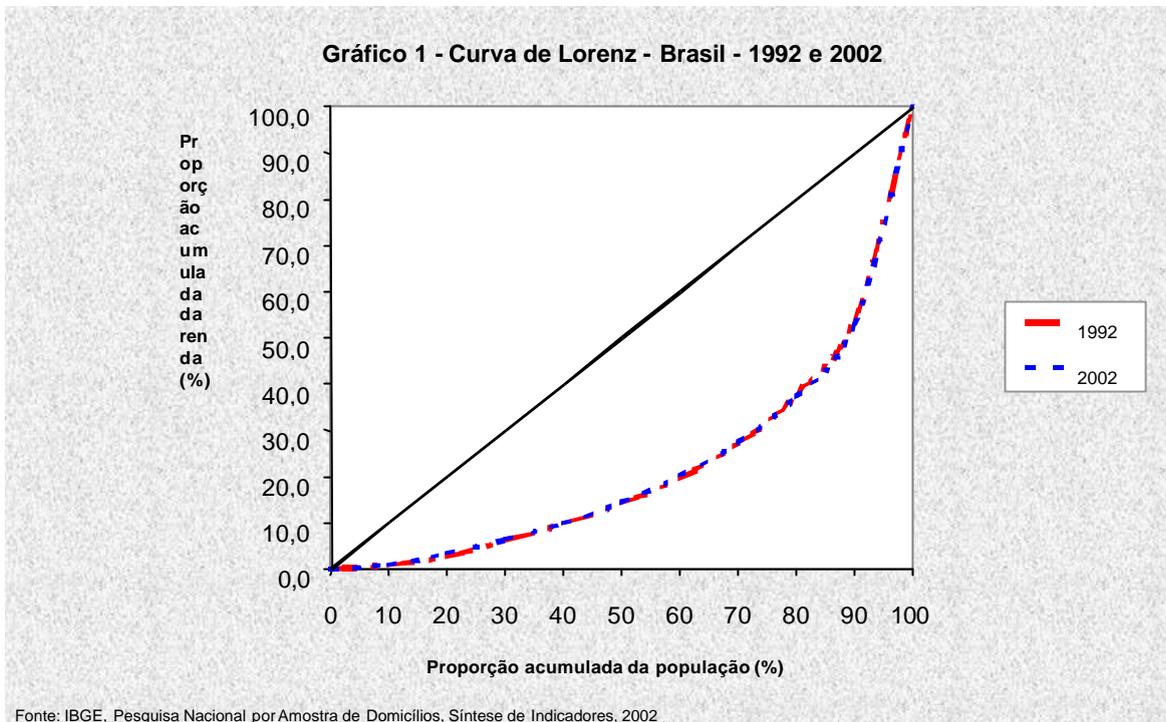
Com o objetivo de avaliar a desigualdade de renda no Brasil, algumas medidas foram construídas a partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da década de 90, 2001 e 2002 (à exceção dos anos de 1991, 1994 e 2000 nos quais a pesquisa não foi realizada). Para as medidas de desigualdade, utilizou-se como definição de renda o rendimento bruto das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento. Já para a seção 4 (Desigualdade e pobreza relativa), foi utilizado o rendimento familiar *per capita*, medido em salários mínimos de 2002 (R\$200 em setembro de 2002, mês da coleta das informações da pesquisa). Os valores dos salários mínimos dos anos anteriores, assim como os rendimentos brutos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, foram inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-Brasil) da mesma data-base.

Não se deve deixar de ressaltar, contudo, as limitações dos dados sobre rendimento nas PNADs. Hoffman (2002) aponta, por exemplo, o fato da pesquisa não considerar o valor da produção para autoconsumo, que pode ser um importante componente da renda real auferida pelos pequenos agricultores. Um outro rendimento "implícito" não considerado é o valor de aluguel da casa própria usada pela família. Por outro lado, mesmo a atual cobertura da pesquisa pode gerar distorções na análise uma vez que esta não inclui as áreas rurais da Região Norte. Porém, segundo Hoffman (2002), o maior fator de subestimação das rendas que ocorre em pesquisas domiciliares, de uma forma geral, é a subdeclaração dos rendimentos, especialmente dos mais elevados, resultando em medidas de desigualdade também subestimadas.

### **Curva de Lorenz**

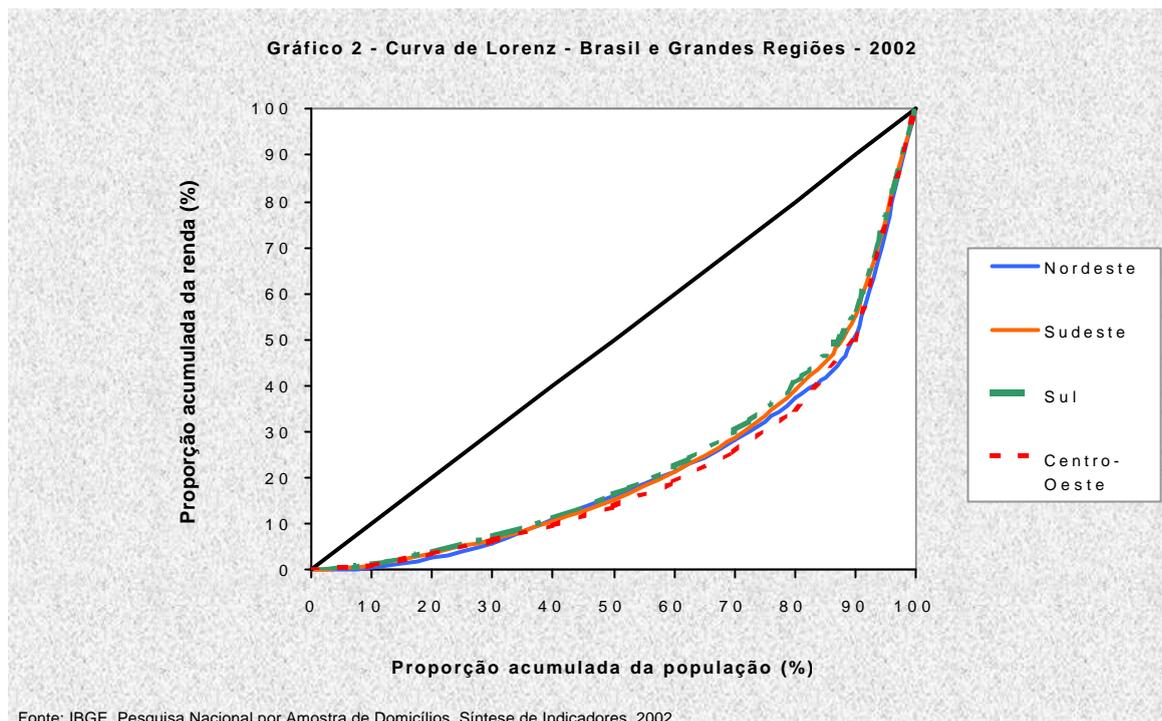
A análise da desigualdade pela Curva de Lorenz se baseia no princípio da renda relativa, isto é, se os indivíduos são ordenados por ordem crescente de renda (dos indivíduos com menor renda para aqueles com maior renda), ao se dividir a população em porções iguais (decis, quartis, percentis), pode-se ter uma boa noção da desigualdade observando-se a participação na renda total de cada porção. A Curva de Lorenz para o Brasil está reproduzida no Gráfico 1, representando a relação entre a proporção acumulada de renda e a proporção acumulada de população para os anos de

1992 e 2002. A reta de 45° representa a curva de distribuição ideal, na qual 10% da renda total é auferida por 10% da população, 20% a 20% e assim por diante.



A área entre a reta de 45° e a curva de distribuição real da renda (Curva de Lorenz) é denominada área de concentração ou área de desigualdade. Assim, quanto maior for esta área, maior a distância em relação à curva de distribuição equitativa e, portanto, maior a desigualdade. O critério de dominância de Lorenz estabelece que uma distribuição de renda Y é menos desigual que outra distribuição X se sua respectiva Curva de Lorenz ( $L_y$ ) nunca está abaixo daquela associada à segunda distribuição ( $L_x$ ). No caso, das duas curvas de Lorenz se interceptarem, não se pode afirmar qual distribuição é mais desigual (Borges, 2000).

As Curvas de Lorenz representadas no Gráfico 1 mostram que a desigualdade de renda no Brasil não apresentou qualquer alteração na última década. Já a análise das Curvas de Lorenz para as Grandes Regiões do país (à exceção da região Norte) no ano de 2002 não é conclusiva, uma vez que estas se cruzam em alguns trechos da distribuição e, portanto, não se observa o critério de dominância de Lorenz. Contudo, observa-se um certo padrão na distribuição de renda nas regiões em 2002 (Gráfico 2).



### **Análise da evolução do rendimento médio**

Outra forma relativamente simples de avaliar a evolução da desigualdade é comparar a taxa de crescimento dos rendimentos médios de cada décimo da população no período (Tabela 1). O rendimento médio total teve um crescimento de 24,1% entre 1992 e 2002, mas esse aumento não beneficiou igualmente todos os décimos da distribuição. De uma forma geral, os décimos inferiores apresentaram crescimentos mais expressivos no rendimento médio, em relação aos extratos superiores. Em particular, o rendimento médio dos 20% "mais pobres" cresceram 51,6%, enquanto os 20% "mais ricos" apresentaram um aumento de 24,9% no mesmo período.

Os diferenciais em termos de conjuntura macroeconômica que caracterizam o período justificam uma análise mais desagregada. Os anos de 1992 e 1993 foram conturbados e caracterizados pelo aprofundamento da recessão e aceleração inflacionária, com reflexos sobre o rendimento médio apresentado para esses anos. De 1993 para 1995 há um significativo aumento do rendimento médio total de 28,5%, sendo que para o primeiro décimo da distribuição este aumento foi de mais de 100%. A segunda metade da década de 90 experimentou um período de estabilização a partir da implementação do Plano Real em meados de 1994. Contudo, não obstante praticamente todos os décimos terem apresentado ganhos reais entre 1992 e 2002, houve perda real e generalizada de rendimentos entre 2001 e 2002.

**Tabela 1 - Rendimento médio mensal real, em reais, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1992/2002**

Classes de percentual em ordem crescente de rendimento (%)	Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$) (1)									Taxa de Crescimento 1992-2002 (%)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	
<b>Simples</b>										
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>549</b>	<b>706</b>	<b>718</b>	<b>711</b>	<b>714</b>	<b>668</b>	<b>656</b>	<b>635</b>	<b>24,1</b>
Até 10	40	39	78	85	80	84	79	67	56	39,2
Mais de 10 a 20	102	108	157	158	161	167	164	167	160	56,4
Mais de 20 a 30	175	169	167	164	166	175	174	197	200	14,3
Mais de 30 a 40	187	172	227	225	224	231	223	220	216	15,5
Mais de 40 a 50	218	215	295	303	305	309	296	296	284	30,3
Mais de 50 a 60	286	293	375	394	391	392	374	373	366	27,9
Mais de 60 a 70	383	379	506	520	519	520	493	478	454	18,5
Mais de 70 a 80	536	534	717	734	729	724	681	656	633	18,0
Mais de 80 a 90	829	849	1 137	1 160	1 150	1 143	1 073	1 033	994	19,9
Mais de 90 a 100	2 361	2 733	3 404	3 435	3 389	3 386	3 130	3 076	2 991	26,7
<b>Acumulado</b>										
Até 20 (20% mais pobres)	71	73	118	121	120	125	121	117	108	51,6
Até 40 (40% mais pobres)	126	122	157	158	157	164	160	163	158	25,3
Mais de 80 (20% mais ricos)	1 595	1 791	2 271	2 298	2 270	2 265	2 101	2 055	1 993	24,9
Mais de 90 (10% mais ricos)	2 361	2 733	3 404	3 435	3 389	3 386	3 130	3 076	2 991	26,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Síntese de Indicadores 2002.

Nota: Excluído o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2002.

Para minimizar os efeitos conjunturais pertinentes à uma análise de rendimentos em termos absolutos, pode-se verificar a taxa de crescimento das proporções de renda apropriadas por cada décimo da distribuição (Tabela 2).

Entre 1992 e 2002 houve ganho de participação na renda total do 1º, 2º, 5º, 6º e 10º décimos, com destaque para o segundo décimo que apresentou um crescimento de 25% na renda apropriada. Em contraste, os demais décimos apresentaram um declínio nas suas participações. Em particular, os 20% "mais pobres" apresentaram um crescimento de 21,4% em termos relativos, enquanto os 20% "mais ricos" ganharam apenas 2,2% de participação na renda total.

Contudo, vale ressaltar que a melhora verificada na análise comparativa entre os décimos da população e seus respectivos rendimentos médios ou parcelas de renda apropriada ao longo da década, não esconde a ainda brutal desigualdade de renda em 2002: enquanto o 1º décimo apresentava uma módica participação de menos de 1% na

renda total, praticamente a metade do rendimento total (47,1%) correspondia ao último décimo da população. De forma análoga, os 40% da população situados na base da pirâmide de rendimentos não se apropriavam sequer de 10% da renda total do país.

**Tabela 2 - Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as classes de percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em ordem crescente de rendimento - Brasil - 1992/2002**

Classes de percentual em ordem crescente de rendimento (%)	Distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (%)									Taxa de Crescimento 1992-2002 (%)
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	
<b>Simplex</b>										
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 10	0,8	0,7	1,1	1,2	1,1	1,2	1,2	1,0	0,9	12,5
Mais de 10 a 20	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,3	2,4	2,5	2,5	25,0
Mais de 20 a 30	3,4	3,1	2,3	2,3	2,3	2,5	2,6	3,0	3,1	-8,8
Mais de 30 a 40	3,6	3,1	3,2	3,1	3,2	3,2	3,3	3,4	3,4	-5,6
Mais de 40 a 50	4,3	3,9	4,2	4,2	4,3	4,3	4,4	4,5	4,5	4,7
Mais de 50 a 60	5,6	5,3	5,3	5,5	5,5	5,5	5,6	5,7	5,8	3,6
Mais de 60 a 70	7,5	6,9	7,2	7,2	7,3	7,3	7,4	7,3	7,1	-5,3
Mais de 70 a 80	10,5	9,7	10,2	10,2	10,3	10,2	10,2	10,0	10,0	-4,8
Mais de 80 a 90	16,2	15,5	16,1	16,2	16,2	16,0	16,1	15,7	15,6	-3,7
Mais de 90 a 100	46,1	49,8	48,2	47,9	47,6	47,5	46,8	46,9	47,1	2,2
<b>Acumulado</b>										
Até 20	2,8	2,7	3,3	3,4	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	21,4
Até 40	9,8	8,9	8,8	8,8	8,8	9,2	9,5	9,9	9,9	1,0
Mais de 80 a 100	62,3	65,3	64,3	64,1	63,8	63,5	62,9	62,6	62,7	0,6
Mais de 90 a 100	46,1	49,8	48,2	47,9	47,6	47,5	46,8	46,9	47,1	2,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Síntese de Indicadores 2002.

Nota: Excluído o rendimento da população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por fim, as desigualdades regionais podem ser evidenciadas ao se analisar os rendimentos médio e mediano da população de 10 anos ou mais, em 2002 (Tabela 3). Em primeiro lugar, o Nordeste apresentou sistematicamente valores bem inferiores aos encontrados para o Sudeste. O valor mediano do rendimento dos nordestinos mostrou que metade da população que pertencia aos 40% mais pobres da distribuição auferia mensalmente meio salário mínimo em valores de 2002. Entretanto, metade dos 10% mais

ricos nesta região recebiam por mês até R\$1.200,00. Ainda assim, este valor representa menos de 50% do valor mediano do mesmo estrato no Sudeste.

**Tabela 3 - Valores do rendimento médio, mediano e máximo em Reais dos 40% "mais pobres" e dos 10% "mais ricos" - Brasil, Nordeste e Sudeste - 2002**

Valores do rendimento em Reais	40% mais pobres			10% mais ricos		
	Brasil	Nordeste	Sudeste	Brasil	Nordeste	Sudeste
Médio	163	98	213	2.931	1.838	3.351
Mediano	200	100	200	2.000	1.200	2.500

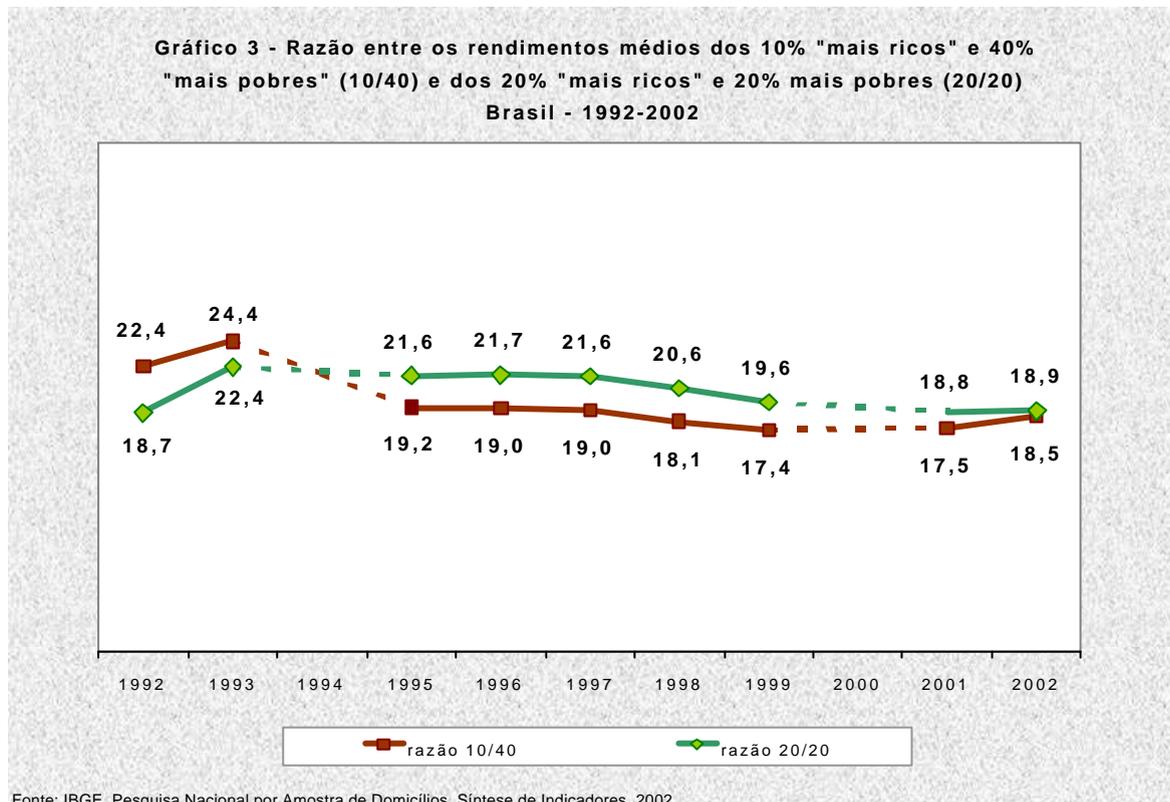
Fonte: IBGE, PNAD 2002

Vale chamar atenção, para os diferenciais encontrados entre os rendimentos médio e mediano. Observa-se que no estrato mais pobre, esses valores se aproximam, o que denota uma distribuição de renda mais igualitária. Todavia, é no estrato mais rico que se acentuam tais diferenças, revelando a influência que as rendas mais elevadas do final da distribuição têm sobre a média do rendimento.

### **Razão 10/40 e 20/20**

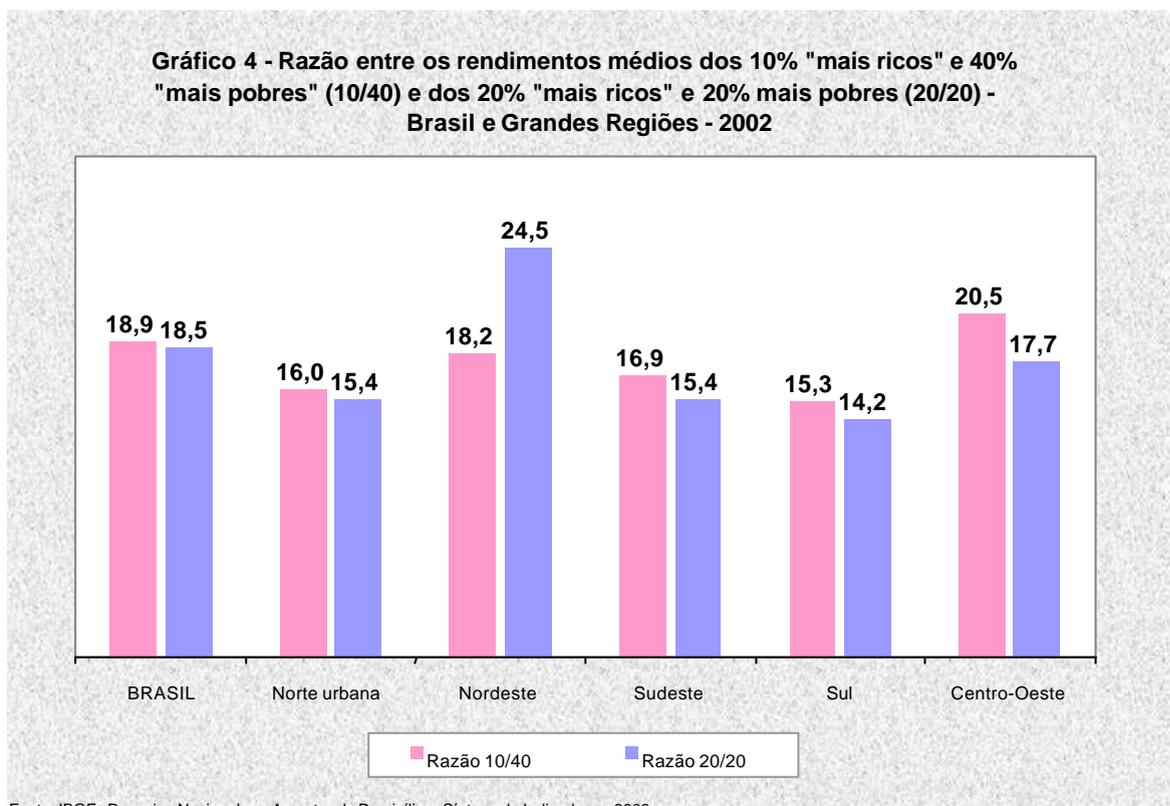
A Tabela 1 permite ainda uma construção alternativa de indicadores de forma a verificar os diferenciais de renda entre os décimos acumulados da população. A razão entre o rendimento médio dos  $r\%$  "mais ricos" pelo rendimento médio dos  $p\%$  "mais pobres" é um indicador bastante utilizado em comparações internacionais e se caracteriza pela sua sensibilidade às diferenças entre extremos da distribuição (MEDICI, 2000). As razões mais utilizadas são àquelas que comparam os rendimentos médios dos 10% da população que apresentam os maiores rendimentos com os 40% da população que apresentam os menores rendimentos (razão 10/40) e os rendimentos médios dos 20% "mais ricos" com os 20% "mais pobres" (razão 20/20). De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000), essas medidas "*correspondem a distintas razões entre segmentos extremos da distribuição de renda, traduzindo, em termos econômicos, uma noção de (in)justiça social. Preservando esse olhar econômico sobre o perfil distributivo, podemos supor, em princípio, que quanto maior for o valor da renda média dos mais ricos em relação à dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade*".

Assim, em 2002, os 10% "mais ricos" da população apresentaram um rendimento médio 18,9 vezes maior que o rendimento médio auferido pelos 40% "mais pobres". De forma análoga, os 20% "mais ricos" recebiam, em média, 18,4 vezes mais que os 20% situados na base da pirâmide de rendimentos (Gráfico 3).



Não houve alteração desse cenário de desigualdade para a razão 10/40 entre 1992 e 2000, muito embora a desigualdade tenha se acentuado até meados da década, passando a declinar ligeiramente a partir de 1997. Por outro lado, observou-se uma redução de 17,6% na desigualdade medida pela razão 20/20 no período, que passou de 22,4%, em 1992, para 18,4%, em 2002. Contudo, observa-se que o declínio mais acentuado ocorreu no início da década, revelando uma certa estabilidade em ambos os indicadores, principalmente na segunda metade do período e apresentando inclusive uma ligeira piora em relação a 2001.

A Região Sul apresentou menores graus de desigualdade nos dois indicadores: os "mais ricos" recebiam, em média, 16 vezes mais que os "mais pobres", pela razão 10/40, e 14,6 vezes mais, pela razão 20/20. Os resultados dos dois métodos passam a divergir a partir daí. Partindo do menos desigual para o mais desigual, a razão 10/40 ordena as demais regiões da seguinte forma: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Já pela razão 20/20, a região Nordeste é mais desigual, seguida das regiões Centro-Oeste e Sudeste. Tal diferença pode ser explicada pelo maior peso conferido pela razão 10/40 à base da pirâmide rendimentos em relação ao último décimo da distribuição.



## Coeficiente de Gini

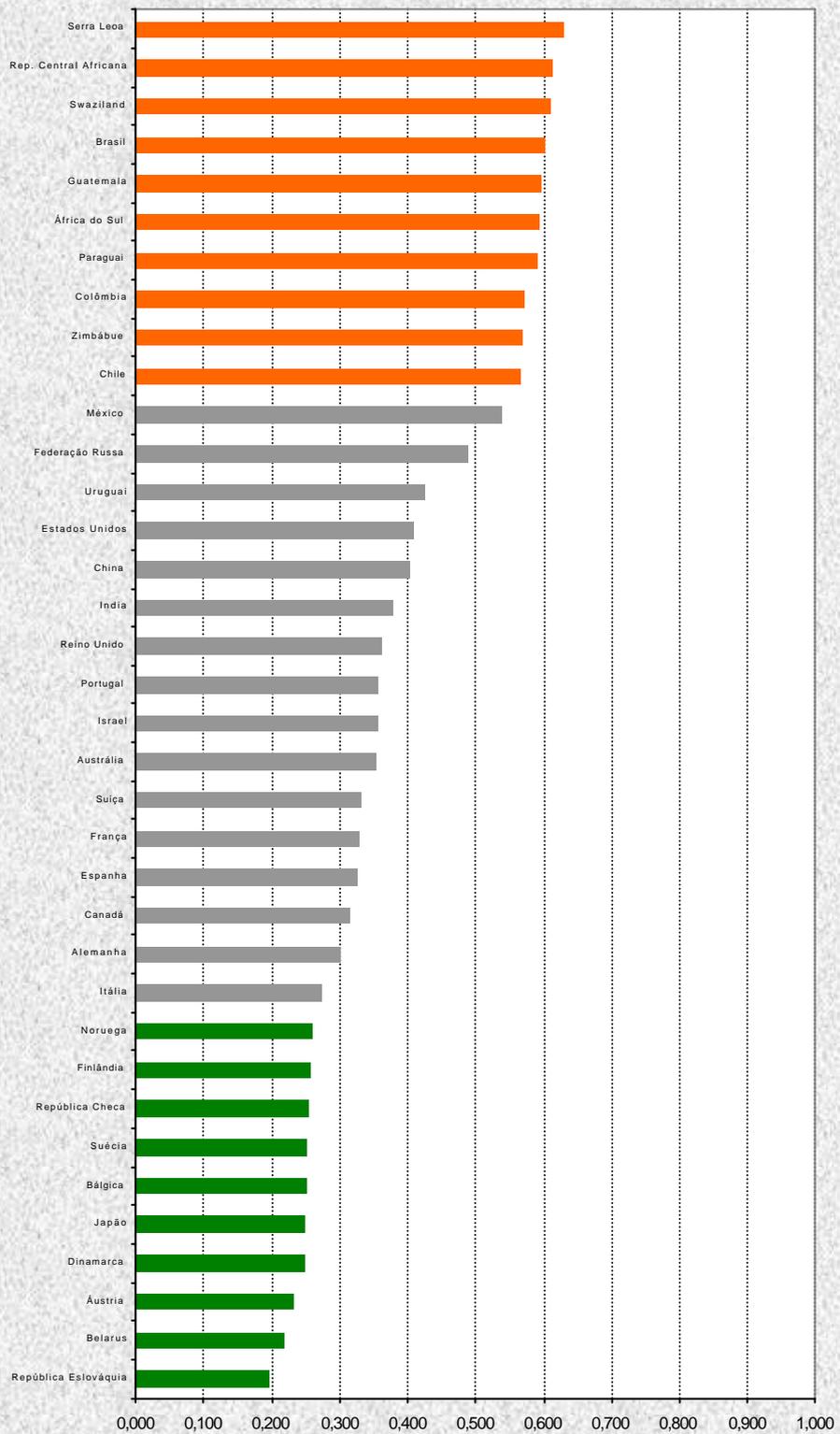
As medidas até então apresentadas são bastante utilizadas em função da simplicidade de sua interpretação. Contudo, não obedecem ao critério de Pigou-Dalton, o qual estabelece que *o valor de uma medida de desigualdade deve aumentar quando for feita uma transferência regressiva de renda, ou seja, de uma pessoa para outra que já é mais rica* (Hoffman, 2000). O coeficiente de Gini, por sua vez, é uma medida universalmente utilizada e que obedece tal condição, oferecendo uma medida sintética do grau de desigualdade.

Por definição, o índice de Gini é a relação entre a área delimitada pela reta de 45° e pela Curva de Lorenz (área de desigualdade) e a área do triângulo formado pela mesma reta de igualdade e os eixos do gráfico. Dado que a escala do referido gráfico é de 1 para 1, a área do triângulo formado equivale a metade da área do quadrado total (1/2). Assim, o índice de Gini pode ser definido como sendo duas vezes a área de desigualdade. Quanto mais a Curva de Lorenz se aproxima da reta de 45° (onde a distribuição é ideal, ou seja, não há desigualdade), menor a área acima da Curva de Lorenz, e, portanto, menor a desigualdade. No limite, a Curva de Lorenz se iguala à reta de 45°, a área de desigualdade se torna nula e o índice de Gini é igual a zero, representando uma distribuição eqüitativa da renda. Ao contrário, quanto mais afastada a Curva de Lorenz estiver da reta de 45°, a área entre as duas tende a se aproximar da área do triângulo e, por conseguinte, o índice de Gini tende a 1 ( $2 \times 1/2$ ). Assim, é fácil perceber porque o coeficiente de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (desigualdade máxima).

Como é um índice bastante difundido internacionalmente, é relativamente fácil encontrar dados comparativos do Brasil com o resto do mundo, conforme apresentado no Gráfico 5. Dentre os países listados no Relatório *World Development Indicators 2000* do Banco Mundial (2000), o Brasil aparece no rol dos países com as piores distribuições de renda do mundo, apresentando um Coeficiente de Gini em torno de 0,6 (ano 1996) e perdendo apenas para Swaziland, República Central Africana e Serra Leoa. No outro extremo, a República Eslováquia apresenta a distribuição de renda mais eqüitativa e um coeficiente de Gini igual a 0,195. Para melhor visualização, o Gráfico 5 está ordenado de forma crescente, com os 10 países com pior distribuição de renda (maiores coeficientes de Gini) estão marcados com cor laranja e os 10 melhores com cor verde.

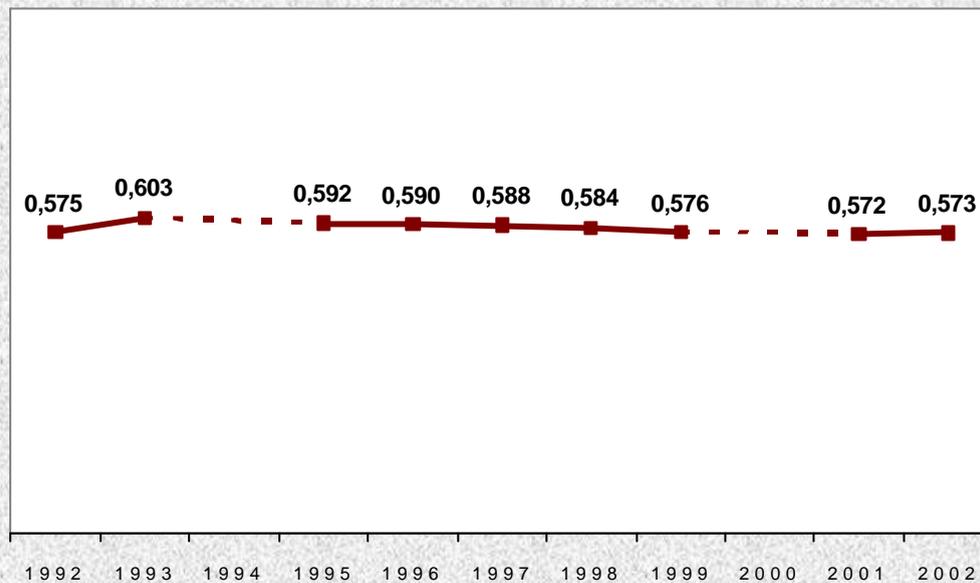
A análise da evolução do coeficiente de Gini para a década de 90, no Brasil, revela que não houve mudanças significativas, uma vez que este passou de 0,575 em 1992 para 0,573 em 2002, com uma ligeira tendência de queda a partir de 1995. O mesmo se pode afirmar quando o enfoque da análise é direcionado para a comparação entre os anos de 1992 e 2002 das Grandes Regiões. Mais uma vez, os maiores graus de desigualdade foram observados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 5 - Coeficiente de Gini - Países Seleccionados



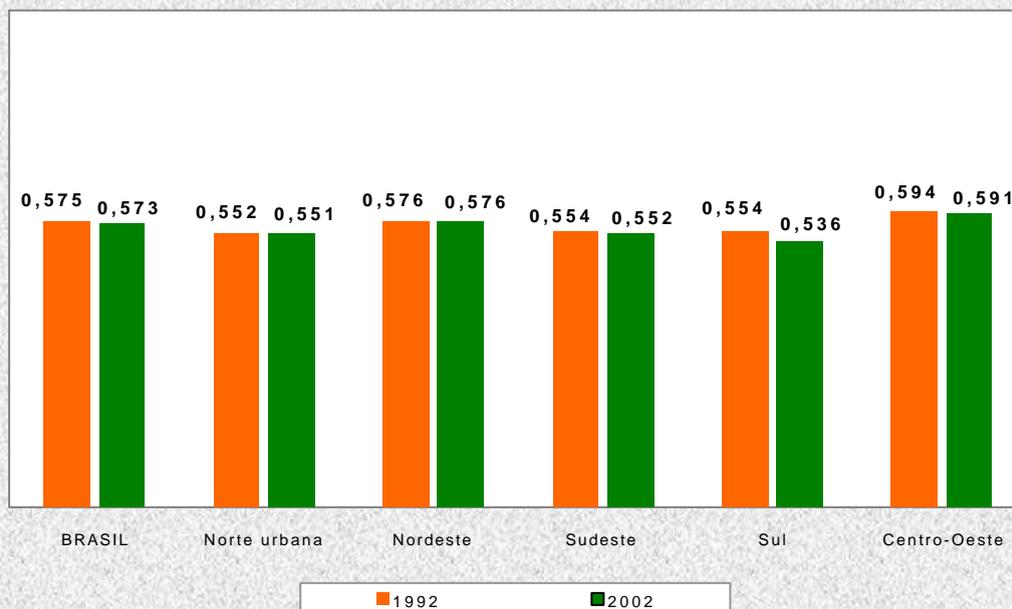
Fonte: Banco Mundial, World Developments Indicators 2000.

**Gráfico 6 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento - Brasil - 1992-2002**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores. 2002

**Gráfico 7 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento - Brasil e Grandes Regiões - 1992/2002**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores. 2002

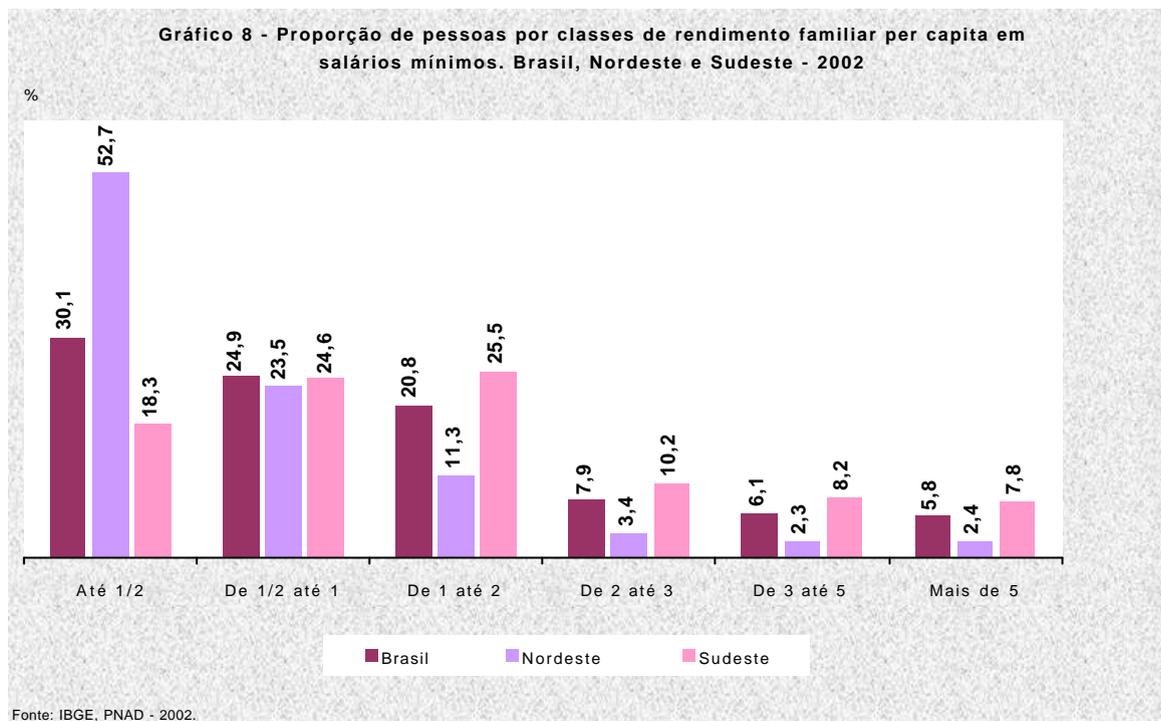
## Desigualdade e pobreza relativa no Brasil: condições de vida da população

Conforme já ressaltado neste trabalho, tanto a desigualdade quanto a pobreza no Brasil têm sido analisadas por diversos prismas e vem ganhando força o argumento de que ambos são fenômenos multidimensionais, envolvendo tanto aspectos relacionados à insuficiência de renda quanto outras dimensões de condições de vida. Nesta seção, serão apresentados indicadores sociais das condições de vida daquelas pessoas cujo rendimento mensal familiar *per capita* (RFPC) é de até meio salário mínimo (SM), comparado com aquelas que vivem com um patamar de rendimento superior a dois SM, objetivando evidenciar o nível de desigualdades sociais em que se encontram tais segmentos populacionais.

Sem dúvida, tanto um segmento como o outro são bastante heterogêneos, podendo haver casos, por exemplo, em que uma família situada na base da pirâmide de rendimentos possua melhores condições de vida que outra com rendimento superior, dado os diversos aspectos a serem analisados na questão da pobreza e da desigualdade. O corte de renda foi feito de forma absolutamente arbitrária, apenas com o intuito de permear ou mesmo complementar a noção de desigualdade com a idéia de pobreza relativa a partir de dimensões como renda, saneamento, escolaridade e mercado de trabalho.

A opção pelo rendimento familiar *per capita* se justifica por essa definição de renda ser mais indicada em análises de nível de vida ou bem-estar das pessoas, uma vez que os membros de uma família, em geral, compartilham a renda total da mesma (Hoffman, 2000). Por outro lado, as tabulações referentes à distribuição das pessoas por classes de rendimento nominal mensal têm sido comumente apresentadas pelo IBGE por classes de salário mínimo, basicamente devido ao caráter nacional desta medida. No Brasil, esta decisão se justifica ainda para evitar os difíceis problemas de deflacionamento e de preços relativos envolvidos nas comparações intertemporais. Entretanto, Tolosa (1991) observa que, embora na sua concepção original o salário mínimo devesse refletir o custo de uma cesta básica capaz de atender às necessidades primordiais de uma família típica, a verdade é que o seu valor real vem se deteriorando ao longo do tempo, dificultando a sua utilização como unidade-padrão de medida. Não obstante, o fácil entendimento deste tipo de análise de rendimentos contribuiu para que o salário mínimo fizesse parte do elenco básico de indicadores de renda que vêm sendo utilizados na instituição.

Assim, no conjunto do país, um terço da população vivia com até meio SM per capita (Gráfico 8). Em termos absolutos, são aproximadamente 51,5 milhões de pessoas, contingente populacional cuja dimensão é bastante expressiva. Já os que recebem mais de 2 SM de RFPC perfazem um total de 33,8 milhões de pessoas (19,8%).



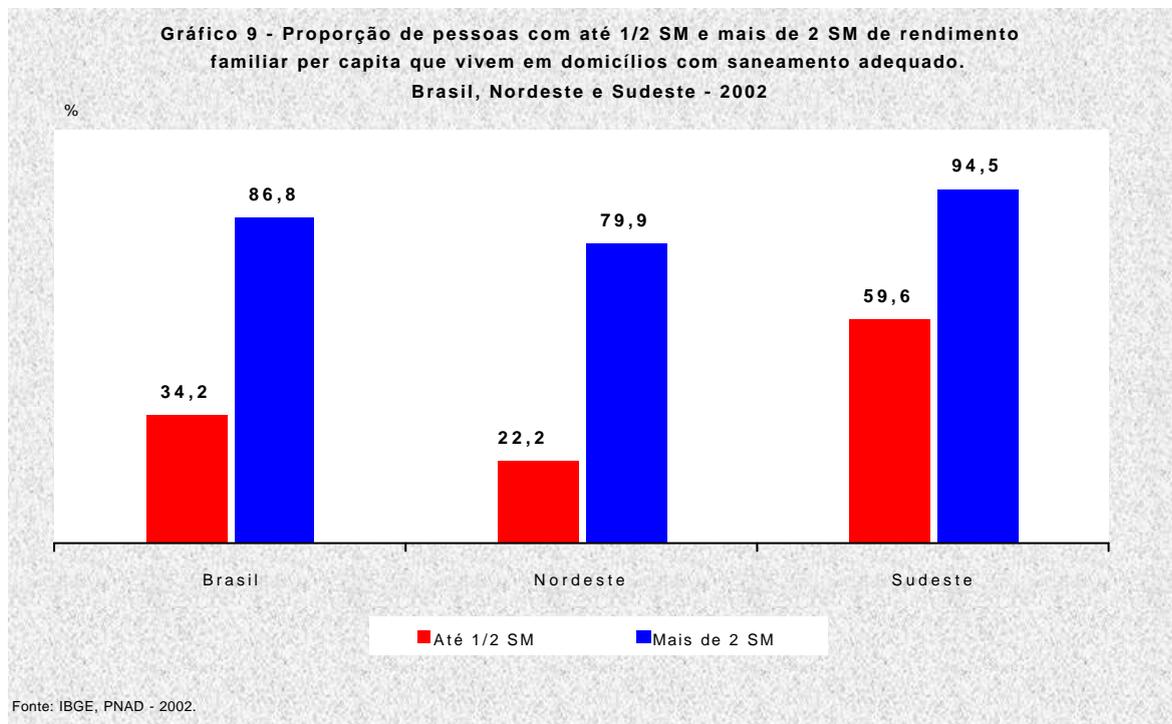
As diferenças entre o Nordeste e o Sudeste são a constatação das profundas diferenças espaciais existentes no Brasil quanto à distribuição quantitativa e qualitativa dos recursos da produção, da tecnologia e, sobretudo, da qualidade de vida. Estas diferenças têm acompanhado a evolução histórica do país desde o final dos tempos coloniais. De fato, a proporção de pessoas que vivem com até meio SM de RFPC, em 2002, no Nordeste, é de quase 53% enquanto, no Sudeste, essa proporção é de 18,3%.

Em seguida, busca-se demonstrar que as condições de vida das pessoas que recebem até meio SM de RFPC comparadas com as daquelas com mais de dois SM de RFPC são bastante desfavoráveis nos mais diferentes aspectos, confirmando que, no Brasil, de fato, a renda representa um componente explicativo e indicativo do grau de desigualdade na sociedade brasileira.

### **Desigualdades nos indicadores de saneamento**

A influência que as condições de saneamento básico tem sobre a saúde da população é notória e há bastante tempo comprovada. Em relação às crianças, as condições de saneamento estão diretamente ligadas aos índices de mortalidade infantil. Como forma de melhor dimensionar as condições de saneamento básico dos domicílios, optou-se por construir um indicador de adequabilidade do tipo de saneamento encontrado. Foi considerado “domicílio com saneamento adequado” aquele domicílio com escoadouro ligado à rede geral ou fossa séptica, servido de água proveniente de rede geral de abastecimento e com destino do lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza. O Gráfico 9 mostra as proporção de domicílios com saneamento

considerado adequado para as pessoas que estão na base da pirâmide de rendimentos comparadas com aquelas no estrato superior.



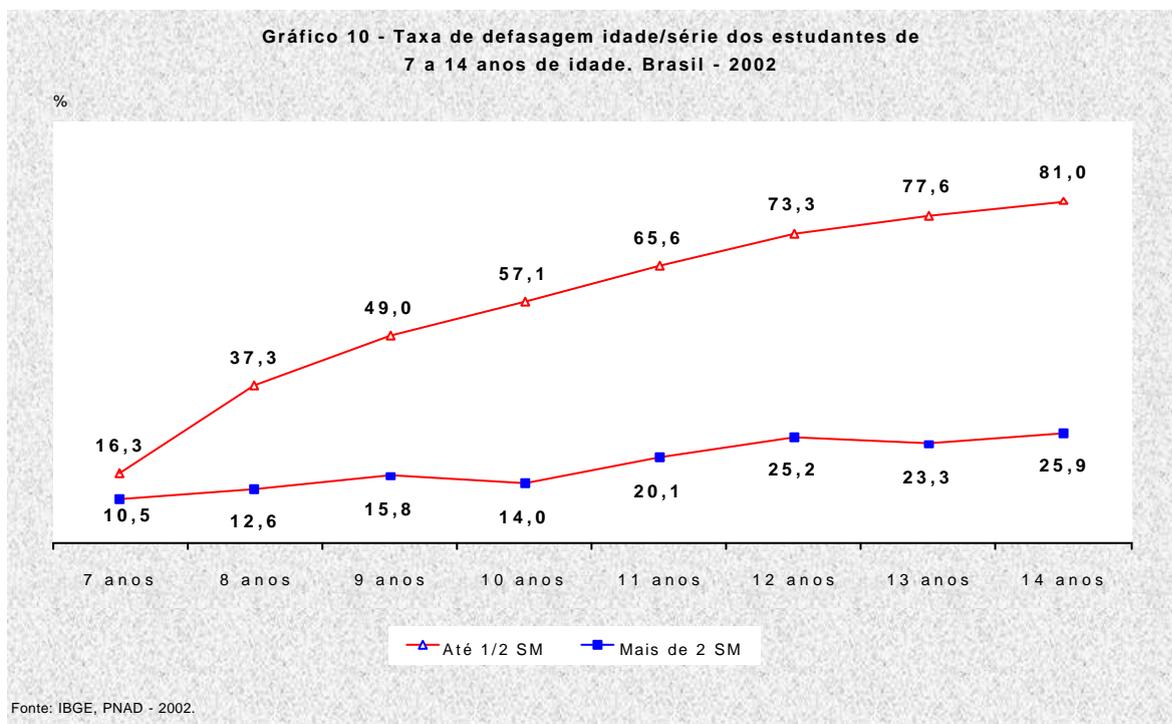
No Brasil, apenas um pouco mais de um terço da população que vivia com até  $\frac{1}{2}$  SM de RFPC possuía saneamento básico adequado em seus domicílios. No Nordeste essa proporção cai para 22,2% dos domicílios, enquanto que, no Sudeste, cerca de 60% dos domicílios tinham condições adequadas de saneamento, refletindo o maior desenvolvimento econômico dessa região e a presença mais abrangente da infraestrutura de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo. As diferenças em função da renda familiar são bastante acentuadas: em média, 87% das pessoas com mais de 2 SM de RFPC viviam em domicílios com saneamento adequado. Mas, vale ressaltar que, no Nordeste, mesmo nesse estrato superior de rendimento, 1 em cada 5 pessoas não possuíam em seus domicílios as condições consideradas adequadas de saneamento.

### **Desigualdades nos indicadores de educação**

No que se refere à escolaridade, as diferenças também são notáveis dependendo de qual segmento de rendimento familiar os indivíduos se encontram. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade apresentou, de uma forma geral nas últimas décadas, reduções significativas. Todavia, em 2002, o país ainda contava

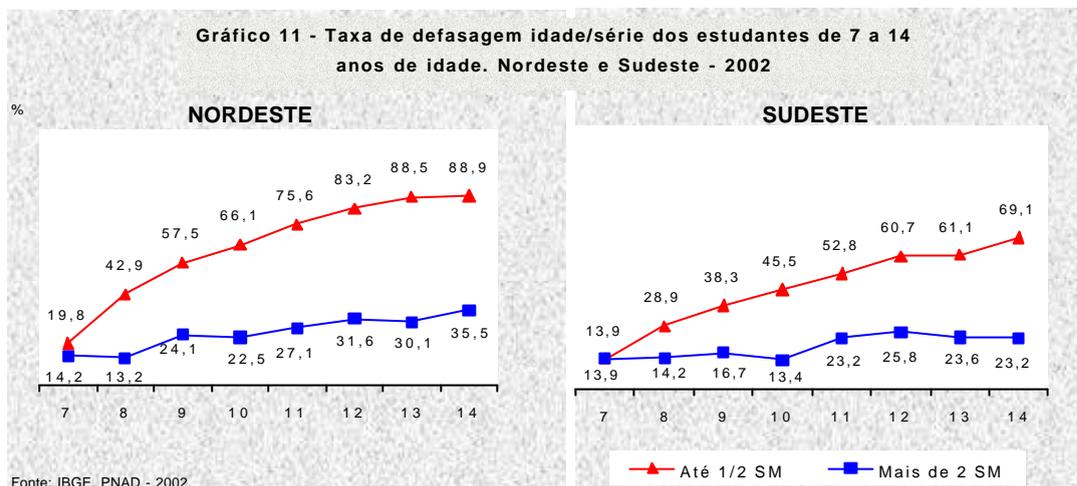
com cerca de 14,6 milhões de pessoas analfabetas (11,8%), sendo este fenômeno mais freqüente nos segmentos populacionais com menores rendimentos.

Por outro lado, há que se registrar, nas últimas décadas, os grandes ganhos na escolarização de crianças de 7 a 14 anos. O acesso dessas crianças à escola encontra-se praticamente universalizado, tendo a taxa relativa a este grupo etário atingido cerca de 97%, em 2002. Contudo, vale observar que o desenvolvimento educacional deste segmento etário apresenta ainda graves problemas de atraso no fluxo escolar, considerando que o sistema educacional vigente prevê uma adequação entre a idade e a série a ser cursada. Os índices de defasagem idade/série para as crianças de 7 a 14 anos são elevados, principalmente, para aqueles que vivem em famílias com até  $\frac{1}{2}$ SM de RFPC contrastando com aqueles que vivem em famílias com mais de 2 SM (Gráfico 10).

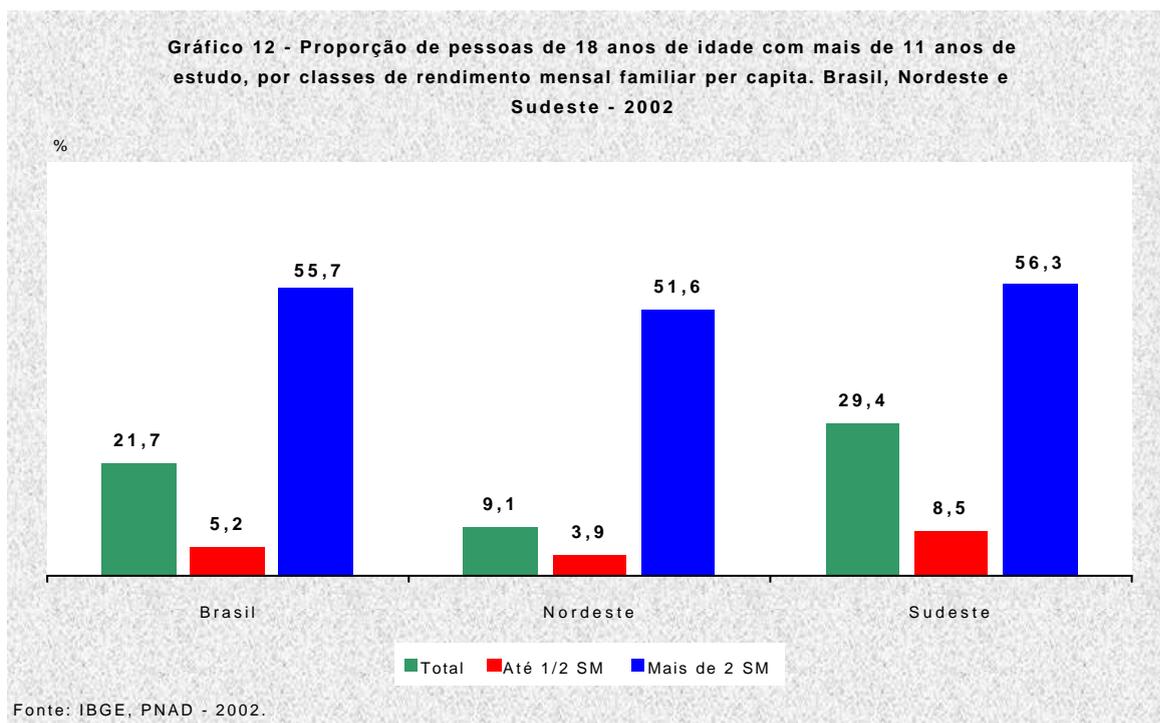


Assim, no Brasil, 16,3% e 10,5% das crianças de 7 anos de idade com até  $\frac{1}{2}$ SM e mais de 2 SM de RFPC, respectivamente, já ingressavam no ensino fundamental defasadas. Ou seja, ao invés de estar cursando a primeira série do ensino fundamental, ainda encontravam-se no pré-escolar. A defasagem tende a aumentar com a idade, evidenciando ainda mais a diferença entre as crianças em função do seu rendimento familiar. Ao final do ensino fundamental, 81% dos estudantes de 14 anos de idade com até  $\frac{1}{2}$ SM de RFPC e que deveriam estar cursando a última série, estavam defasados em 2002. Essa proporção se reduz para 26% das crianças na mesma idade no estrato

superior de renda. As diferenças entre as regiões Nordeste e Sudeste podem também ser observadas neste indicador, principalmente em relação ao grupo de pessoas com até meio SM de RFPC: 89% das crianças de 14 anos no Nordeste apresentavam atraso no fluxo escolar, contra 70% no Sudeste (Gráfico 11).



As atuais condições do mercado de trabalho exigem cada vez mais um perfil educacional qualificado dos trabalhadores. Nessa concepção, concluir o ensino médio torna-se fundamental. Contudo, no início deste novo milênio, não são muitos os brasileiros que conseguem atingir tal nível de escolaridade. Entre aqueles que têm 18 anos, apenas 21,7% atingem os 11 anos de estudo requeridos para conclusão do ensino médio (Gráfico 12).



Os resultados da PNAD 2002 mostram ainda que se considerarmos os jovens na referida idade em famílias “mais pobres”, apenas 5,2% atingiram esse nível de escolaridade, contra quase 56% dos jovens oriundos de famílias com mais de 2 SM de RFPC. No Nordeste, a situação é ainda mais desfavorável, uma vez que somente 9% possuem curso médio completo com diferenças ainda mais significativas entre os estratos de renda.

O exame dos dados referentes ao nível de ensino freqüentado pelo grupo de 18 a 24 anos de idade também demonstra grande atraso no fluxo escolar. Entre àqueles que viviam com até 1/2 SM de RFPC, em média, metade ainda cursava o ensino fundamental (57,4% no Nordeste e 33,3% no Sudeste). Por outro lado, quando se trata dos jovens advindos de famílias mais bem situadas financeiramente, apenas 3,6% ainda se encontravam neste nível de ensino. Este grau de desigualdade pode ser verificado também nas proporções de jovens que freqüentam o ensino superior, conforme mostrado na Tabela 4.

**Tabela 4 - Proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade por nível de ensino e classes de rendimento familiar per capita - Brasil - 2002**

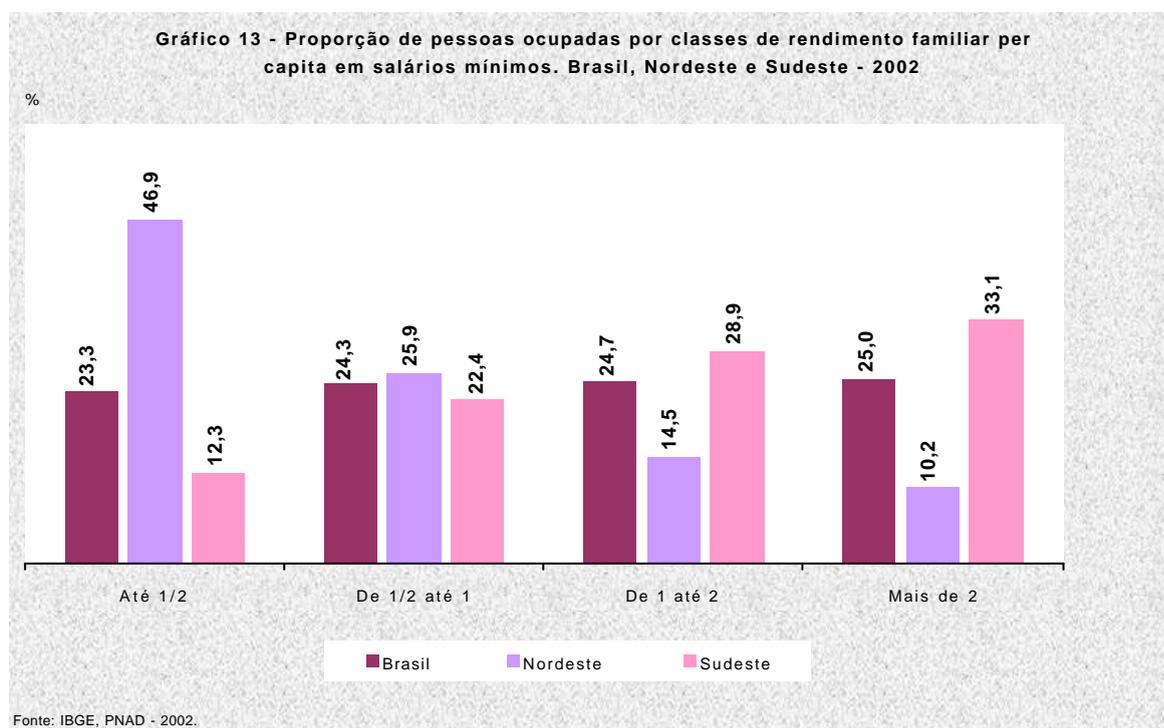
Nível de ensino	Total (%)	Até 1/2 SM (%)	Mais de 2 SM (%)
<b>Brasil</b>			
Fundamental	23,8	50,4	3,6
Médio	40,7	44,4	20,6
Superior	29,1	2,0	66,1
Outros níveis	6,4	3,3	9,6
<b>Nordeste</b>			
Fundamental	40,7	57,4	5,8
Médio	40,1	38,2	21,1
Superior	13,8	1,0	59,8
Outros níveis	5,4	3,4	13,4
<b>Sudeste</b>			
Fundamental	13,5	33,3	3,0
Médio	41,1	59,2	20,6
Superior	38,2	4,0	67,2
Outros níveis	7,2	3,5	9,1

Fonte: IBGE, PNAD 2002

## Desigualdades nos indicadores de mercado de trabalho

A análise do mercado de trabalho em estudos de desigualdade de renda é de suma importância a medida em que a renda do trabalho constitui parcela significativa da renda familiar. Além disso, o mercado de trabalho possui papel fundamental na determinação da distribuição de parte das receitas das firmas entre os trabalhadores. Em um mercado competitivo, tal distribuição se dá de acordo com a produtividade do trabalhador. Contudo, diversos fatores podem influenciar a distribuição dos rendimentos do trabalho e o montante que um trabalhador poderá obter vai depender, em grande medida, de seu processo de *matching* no mercado de trabalho (Barros e Santos, 2001).

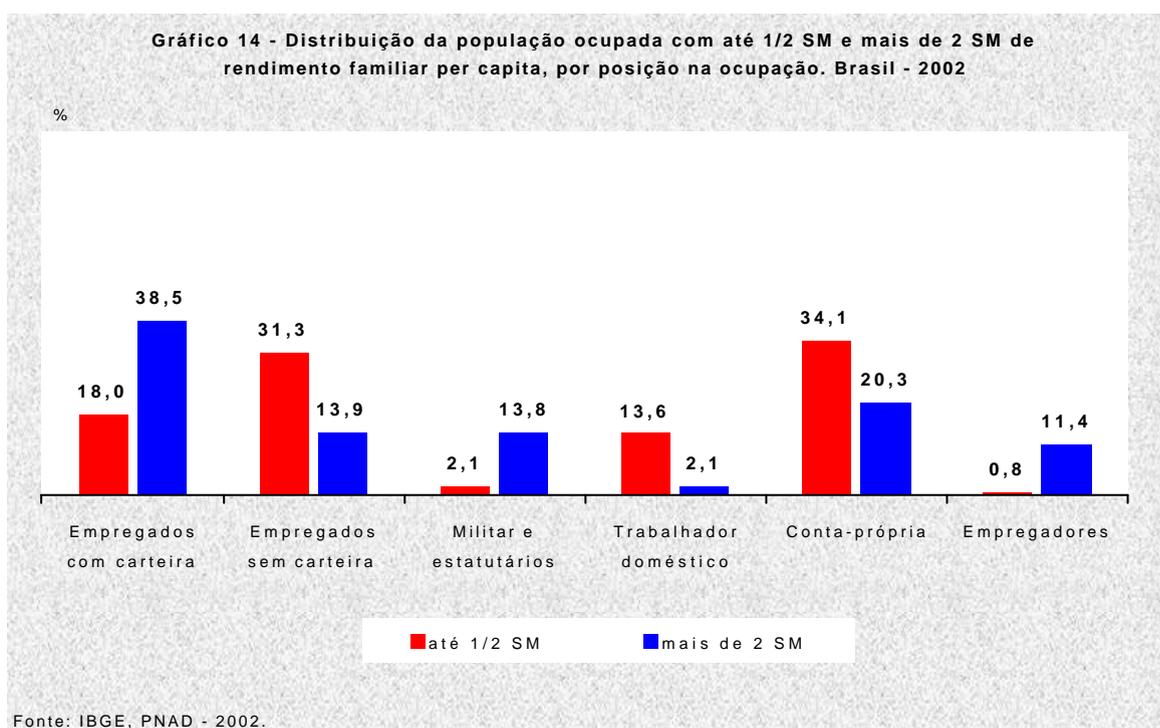
Considerando a enorme variedade de indicadores nessa área, a presente subseção seguirá nos moldes da análise até então desenvolvida para os indicadores de educação e saneamento, apresentando a distribuição da população ocupada<sup>2</sup> por classes de rendimento familiar per capita e, a partir do corte de até 1/2 SM e mais de 2 SM de RFPC, abordar questões como posição na ocupação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.



<sup>2</sup> De acordo com a metodologia da PNAD, foram classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.

Assim, o Brasil contava em 2002 com um contingente de 78 milhões de pessoas ocupadas, que correspondiam a quase 91% da população economicamente ativa ou 56% do total de pessoas de 10 anos ou mais de idade. A distribuição da população ocupada por classes de RFPC é similar à apresentada para a população como um todo: 23,3% possuíam RFPC de até 1/2 SM, enquanto 25% possuíam rendimentos superiores a 2 SM per capita (Gráfico 13).

Um importante indicador de mercado de trabalho é o que identifica a posição que o trabalhador ocupa. Os ocupados com RFPC de até 1/2 SM são mais representativos nas categorias "conta-própria" (34,1%), "empregado sem carteira" (31,3%) e "trabalhador doméstico" (13,6%). Por outro lado, dentre os "empregados com carteira", "militares e estatutários" e empregadores", as pessoas ocupadas com mais de 2 SM de RFPC possuem maior representatividade (Gráfico 14).



As diferenças regionais em termos de posição na ocupação podem ser analisadas por meio da Tabela 5. Observa-se primeiramente que, no Nordeste, as proporções de pessoas ocupadas como "empregados com carteira" nos dois estratos de renda são praticamente equivalentes (cerca de 28% da população ocupada em cada posição), diferentemente do que ocorre na média do país e na região Sudeste em particular, onde há um largo predomínio das pessoas que vivem com mais de 2 SM mensais nesta posição de ocupação.

Em segundo lugar, considerando às pessoas com até 1/2 SM de RFPC, observa-se que, no Sudeste, ao contrário do que ocorre na média nacional e no Nordeste, a proporção de "empregados com carteira" é superior à de "empregados sem carteira", denotando um maior grau de formalização nessa região e representando a maioria dos ocupados nesse estrato de renda (39%). Em contrapartida, a proporção de "conta-própria" no Nordeste é mais elevada que a média nacional, atingindo 40% das pessoas ocupadas no estrato inferior de renda.

Para as pessoas ocupadas com mais de 2 SM per capita mensais, assim como na média do país, destacam-se em ambas as regiões os "empregados com carteira" (em maior intensidade no Sudeste). Cabe chamar atenção da elevada representatividade dos "militares e estatutários" nesse estrato de renda no Nordeste, com uma participação 21%, contra 12% no Sudeste.

**Tabela 5 - Proporção da população ocupada, por rendimento mensal familiar per capita e posição na ocupação - Nordeste e Sudeste - 2002**

Posição na ocupação (1)	Nordeste		Sudeste	
	Até 1/2 SM (%)	Mais de 2 SM (%)	Até 1/2 SM (%)	Mais de 2 SM (%)
Empregados com carteira	28,4	28,2	39,0	42,3
Empregados sem carteira	33,2	15,9	29,7	13,4
Militar e estatutários	2,3	20,4	1,9	12,0
Trabalhador doméstico	10,7	0,7	17,1	2,5
Conta-própria	40,0	20,7	24,2	19,6
Empregadores	0,9	14,1	0,6	10,2

Fonte: IBGE, PNAD 2002

(1) Excluídos os trabalhadores para próprio consumo ou em construção para próprio uso; não remunerados; e sem declaração.

Essa análise mostra que os trabalhadores com menor remuneração em termos de RFPC encontram-se em postos de trabalho que exigem menor qualificação e apresentam maior precarização, como no caso dos "empregados sem carteira" e "trabalhadores domésticos". Esse fato se evidencia quando se comparam os dados para as regiões Nordeste e Sudeste, onde predominam nessas duas categorias as pessoas com até 1/2 SM de RFPC. Cabe chamar atenção que o diferencial de composição da categoria "conta-própria" entre as duas regiões deve considerar as diferenças em termos de estruturas de mercado de trabalho local e, por conseguinte, do tipo de atividade exercido por esses trabalhadores em cada região.

Uma vez que a análise dos indicadores educacionais deu especial enfoque a situação dos jovens de 18 a 24 anos em função do importante papel que a educação exerce na preparação para o mercado de trabalho e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento profissional, convém também analisar a participação desses jovens no

mercado de trabalho. Silva e Kassouf (2002) apontam evidências, do ponto de vista econômico, de que a educação contribui significativamente para elevar a produtividade dos trabalhadores. Entretanto, a baixa escolaridade da população brasileira, e especificamente dessa faixa etária, conforme apresentado na seção anterior, pode estar diretamente relacionada ao trabalho dos jovens. A maioria dos jovens procura o trabalho por necessidade de sobrevivência e outros por busca de independência financeira, sendo em muitos casos o trabalho incompatível com a frequência escolar, o que por sua vez leva à escolha do trabalho em prejuízo à escola.

Assim, os jovens enfrentam o problema de escolher entre o trabalho e o estudo ou conciliar ambos. Os Gráficos 15 e 16 buscam mostrar exatamente esse quadro de decisão do jovem brasileiro, dividindo o grupo de 18 a 24 anos em dois subgrupos etários – 18 a 19 anos e 20 a 24 anos.

Como seria de se esperar, é maior o contingente de jovens de 18 e 19 anos que apenas estudam em relação ao subgrupo de 20 a 24 anos. Todavia, a situação é bem diferente quando a análise é desagregada por classes de rendimento. Das pessoas de 18 e 19 anos de idade, cerca de 29% apenas estudava, com essa proporção se mantendo para os jovens com até 1/2 SM de RFPC e aumentando significativamente para os jovens situados no estrato superior de renda (42,4%). Em relação aos jovens de 20 a 24 anos, 11,6% só estudavam (9,9% para aqueles com até 1/2 SM de RFPC e 18,7% para os que possuíam mais de 2 SM de RFPC).

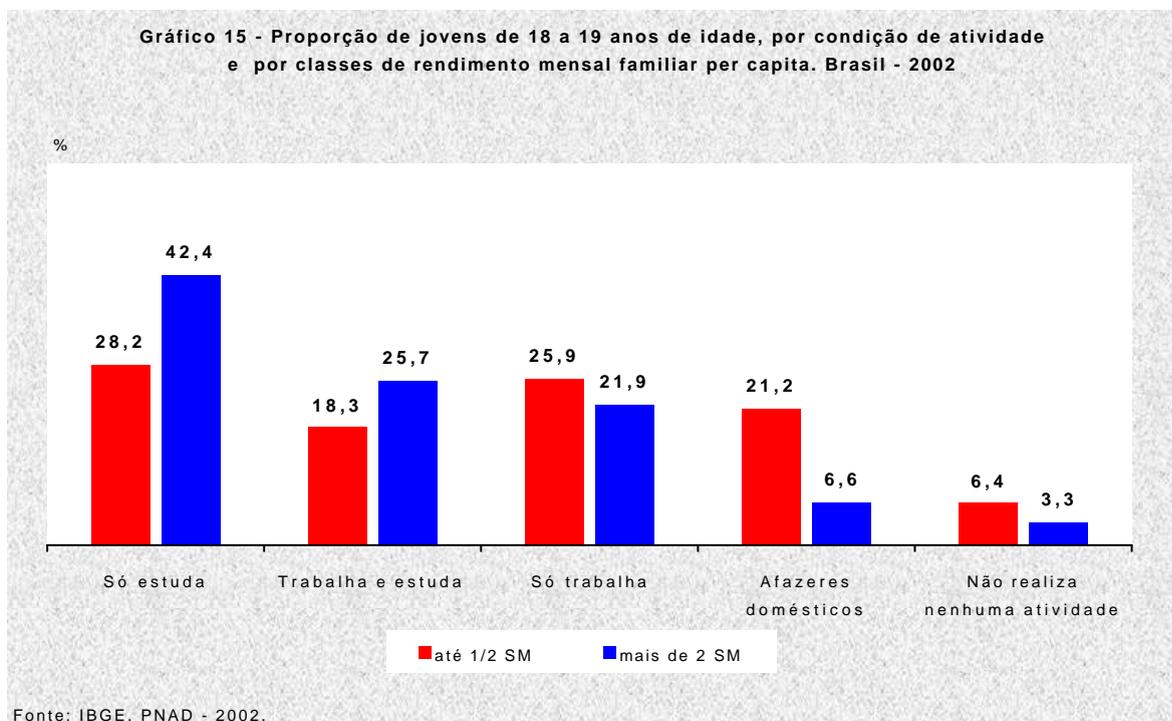
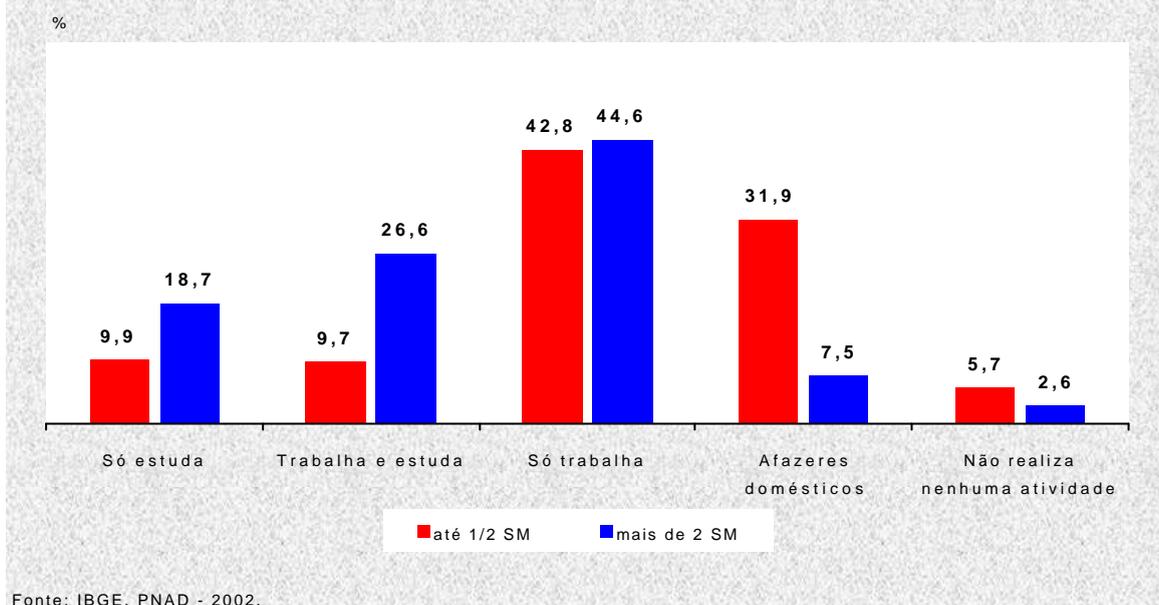


Gráfico 16 - Proporção de jovens de 20 a 24 anos de idade, por condição de atividade e por classes de rendimento mensal familiar per capita. Brasil - 2002



As demais condições de atividade também se diferenciam em função do rendimento do jovem. Para aqueles de 18 e 19 com até 1/2 SM de RFPC, 25,9% apenas trabalhavam, 21,2% estavam ocupados apenas com afazeres domésticos e 18,3% conseguiam conciliar trabalho e estudo. Em contraste, entre os jovens na referida faixa etária com mais de 2 SM de RFPC, 25,7% trabalhavam e estudavam, 25,9% somente trabalhavam e apenas 6,6% faziam exclusivamente serviços domésticos.

A análise para o subgrupo de 20 a 24 anos é similar: daqueles com até 1/2 SM de RFPC, cerca de 75% só trabalhavam ou estavam ocupados somente com afazeres domésticos (ou seja, apenas 19% estudavam), enquanto 45,2% dos jovens com maior rendimento ainda estudavam. Deve-se ressaltar ainda que em ambos os grupos de idade, a proporção de jovens que viviam com até 1/2 SM de RFPC que não estudava, não trabalhava nem se ocupava com afazeres domésticos era o dobro da proporção de jovens que também não realizavam qualquer destas atividades em famílias com mais de 2 SM per capita.

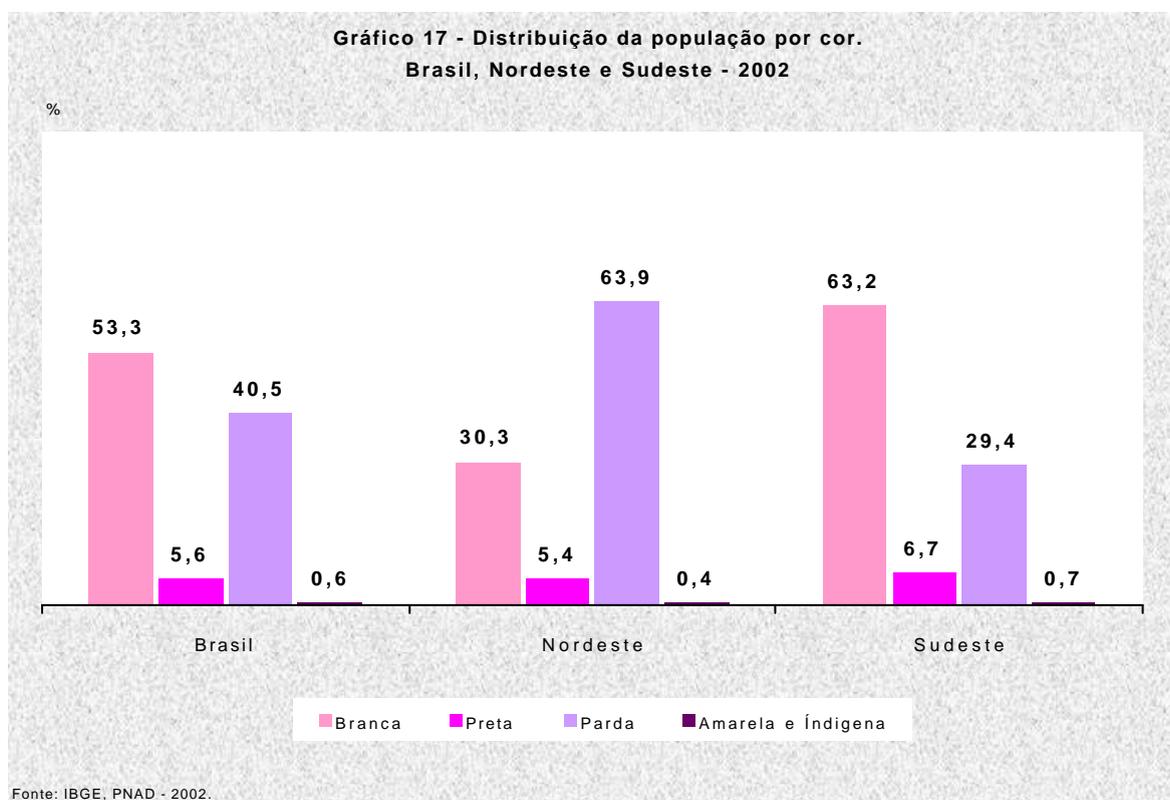
Nesse contexto, observa-se que 59,2% das pessoas de 18 a 24 anos estavam inseridas no mercado de trabalho na condição de ocupadas (só trabalhando ou conciliando trabalho e estudo). De fato, a PNAD 2002 revelou que esses jovens representavam quase 20% da população economicamente ativa do país, com uma taxa de atividade bastante alta, em torno de 73%. A complementação da renda familiar é apontada pelos estudiosos como sendo o principal motivo da inserção do jovem no mercado de trabalho. Entretanto, em função do atraso no fluxo escolar dos jovens brasileiros e a dificuldade de se conciliar trabalho e frequência à escola, a entrada no mercado de trabalho antes de terminado o ciclo educacional pode *limitar as oportunidades de emprego a postos de trabalho que não exigem qualificação e que dão*

*baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo de pobreza já experimentado pelos pais (Silva e Kassouf, 2002).*

### **Desigualdades categorizadas**

A análise até então desenvolvida concentrou esforços no entendimento e demonstrações empíricas da desigualdade entre indivíduos. Existem, todavia, autores como Tilly (1998) que defendem que as desigualdades significativas entre os seres humanos correspondem, principalmente, a diferenças de categoria como preto/branco, masculino/feminino, cidadão/estrangeiro ou muçulmano/judeu mais do que diferenças individuais em termos de atributos, propensões ou performances. Tais desigualdades são também denominadas "duráveis", pois embutem a idéia de que são elas que passam de uma sociedade para outra, persistindo ao longo do tempos. Nesse sentido, essa seção busca, por meio de algumas tabulações de cor ou raça, captar alguns aspectos desse tipo de desigualdade.

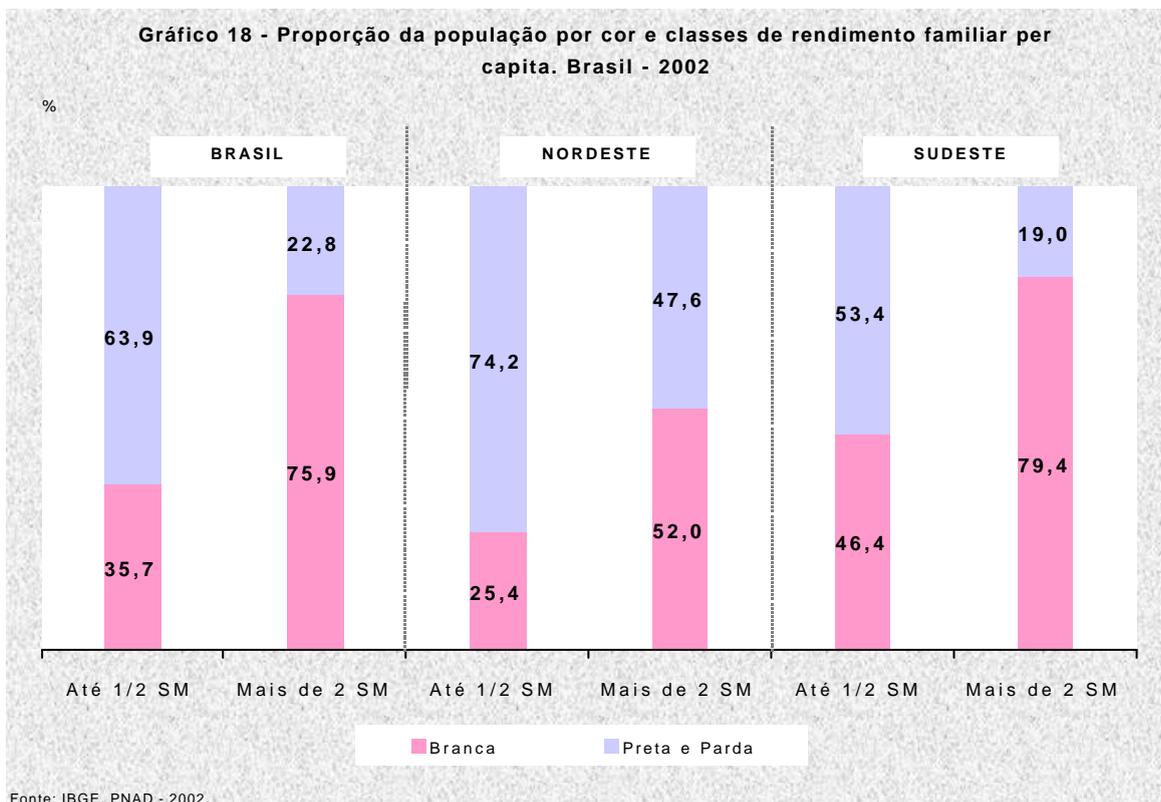
A questão das diferenças etno-raciais tem sido recorrente nos estudos sobre o fenômeno da desigualdade na sociedade brasileira. A análise de alguns indicadores de acordo com a cor da população, confirma a existência de diferenças significativas. Para melhor analisá-los convém, primeiramente, observar a distribuição da população brasileira por cor (Gráfico 17).



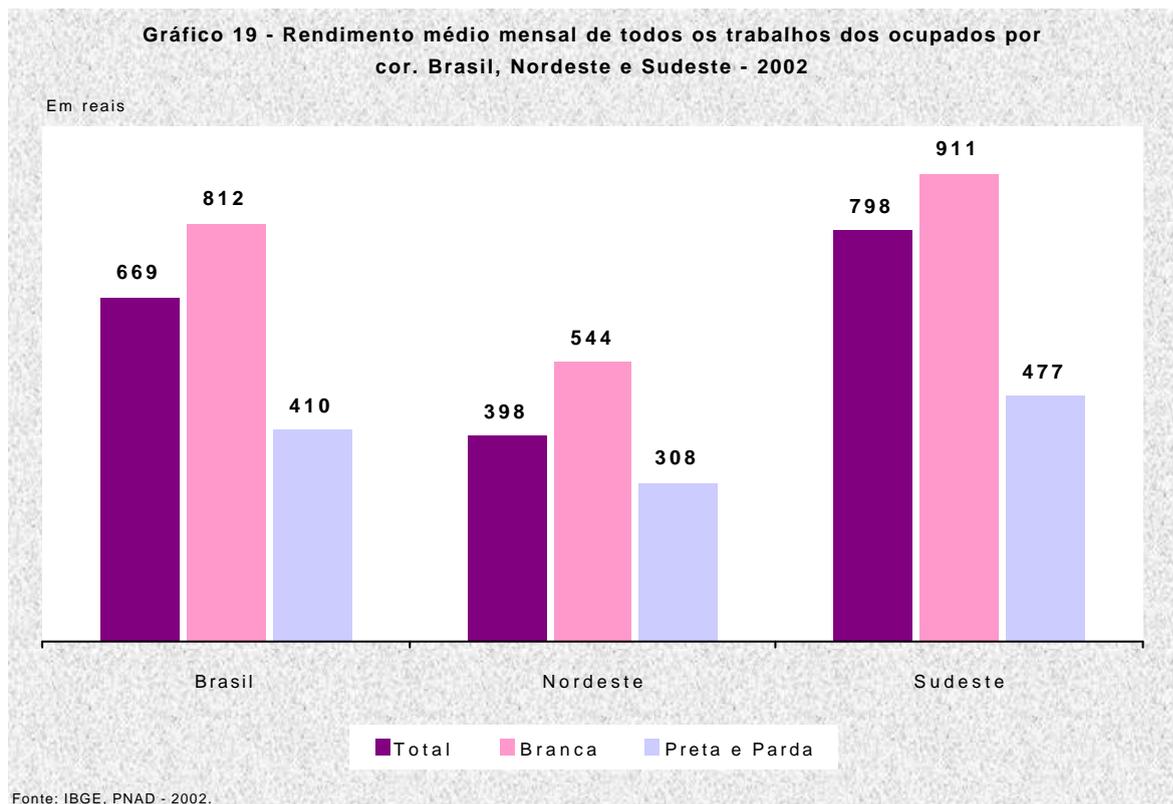
A proporção de pessoas que se declaram de cor branca atinge cerca de 53% da população total, a preta 5,6%, a parda 40,5% e os amarelos e indígenas não chegam a 1%. O gráfico mostra ainda como regionalmente esta distribuição é diferenciada: no Sudeste a proporção de pessoas que se declaram brancas é bem mais elevada do que no Nordeste, o inverso vale para os pardos.

Todavia quando se analisam os dados da população que vive com até meio SM de rendimento familiar per capita, levando em consideração a cor, observa-se que apenas 35,7% se declaram brancas, enquanto 63,9% se declaram de cor preta e parda, revelando uma sub-representação das pessoas brancas neste conjunto. No outro extremo, pessoas em famílias com rendimento superior a 2 SM de RFPC, a sub-representação é relativa às pessoas pretas e pardas. Tais resultados evidenciam as desigualdades de cor e raça existentes na sociedade brasileira, principalmente em relação à renda familiar (Gráfico 18).

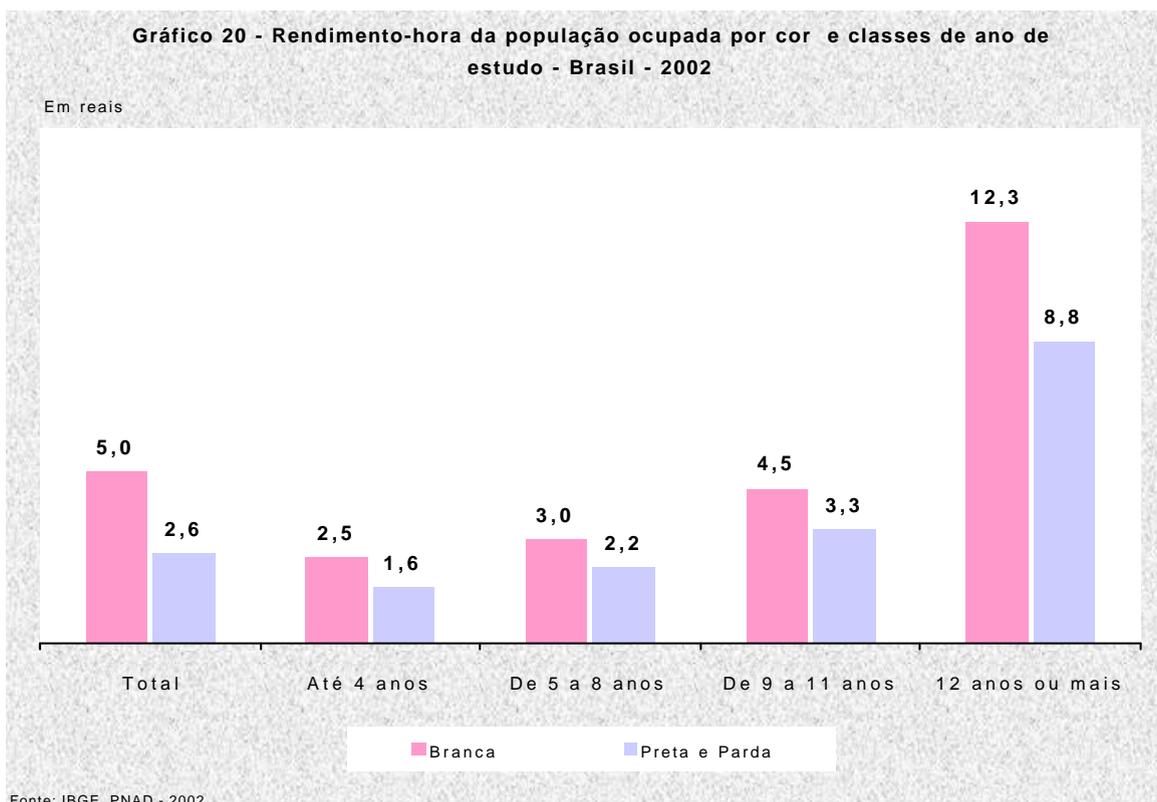
Em termos regionais, o Nordeste apresenta um quadro ainda mais desfavorável na desigualdade de rendimentos segundo a cor das pessoas: para aquelas com até 1/2 SM de RFPC, somente 25,4% se declaram de cor branca. No estrato superior de rendimento, embora em uma primeira análise a distribuição se mostre mais eqüitativa, não se deve perder de vista que quase 70% da população dessa região se declara de cor preta ou parda. Nesse sentido, essa distribuição também apresenta uma sub-representação expressiva da população preta e parda (47,6%).



As informações sobre o rendimento médio mensal auferido pelas pessoas ocupadas confirmam a tônica da desigualdade existente entre os segmentos populacionais de cor branca e preta e parda, sobretudo quanto à inserção no mercado de trabalho. As pessoas ocupadas de cor preta e parda tinham, em 2002, um rendimento médio mensal significativamente inferior ao dos ocupados de cor branca, conforme pode ser verificado no Gráfico 19.



Esta informação torna-se ainda mais evidente quando comparamos o rendimento-hora da população ocupada por cor, levando em consideração à escolaridade. Em todas as classes de anos de estudo, o rendimento dos brancos era superior ao auferido por pretos e pardos. Em particular, mesmo quando brancos e pretos e pardos tinham pelo menos o ensino médio concluído (12 anos ou mais de estudo), o diferencial de rendimento era bastante significativo (Gráfico 20).



## Considerações finais

O ciclo vicioso da desigualdade dificulta o crescimento econômico e afeta todos os aspectos da vida social e política dos países. Ao analisar os indicadores referentes à década de 80, Souto de Oliveira (1993) já afirmava que o traço marcante da sociedade brasileira estava pautado nas desigualdades sociais. Essa percepção, se tornou nítida, na medida em que *“a experiência dos anos 80 é também singular e complexa porque, ao mesmo tempo em que nela se acentuaram as desigualdades sociais, se tornou mais nítida a percepção destas desigualdades”*.

O Brasil vem se destacando no cenário internacional como sendo um dos países que possuem os mais elevados graus de desigualdade de renda e entra no século 21 com mais de um terço de sua população vivendo em estado de pobreza, com uma baixa qualidade dos serviços, instituições políticas cada vez mais fracas e ainda com o agravante do aumento da violência urbana ameaçando o cotidiano de seus cidadãos.

Desigualdade é um conceito mais amplo que o de pobreza já que é definido para toda distribuição, enquanto que o conceito de pobreza está definido para uma população formada pelos indivíduos ou domicílios que estão abaixo de uma determinada linha de pobreza. Por outro lado, no presente texto, observou-se que os conceitos se aproximam na realidade brasileira quando a análise da desigualdade sob o enfoque da renda é

complementada por um estudo de pobreza relativa agregando-se outras dimensões socioeconômicas.

Nesse contexto, o conjunto de indicadores apresentados expressam condições de desigualdade e pobreza relativa. O segmento populacional que vive com rendimento familiar mensal de até meio SM *per capita* apresenta atributos socioeconômicos pouco favoráveis, sobretudo quando comparados com o segmento populacional que vive com rendimentos superiores a dois SM. Em linhas gerais, os resultados encontrados mostram-se razoavelmente inalterados durante as últimas décadas delineando um quadro de pequena mobilidade. Com pequenas variações, tais desigualdades pouco se alteram quando se trata de indicadores educacionais, de saneamento básico ou de diferenças étnicas, independentemente do fato das melhorias ocorridas durante os anos 90.

A permanência da situação de subdesenvolvimento do Nordeste do país tornou-se um problema crônico que precisa ser enfrentado urgentemente. As condições sociais da população em certos estados nordestinos são inaceitáveis tendo em vista o nível de desenvolvimento econômico atingido pelo país. Os danos da exclusão social vão além da perpetuação da pobreza atrasando a acumulação de capital humano que é crucial na redução da pobreza.

O nível de desigualdade de renda atingido no Brasil tem impacto definitivo na forma como operam as instituições democráticas no país. Carvalho (2001) ao discutir aspectos da cidadania brasileira aponta que um dos mais graves problemas da ausência de cidadania é a desigualdade de condições de vida de nossos cidadãos. Citando José Bonifácio, em pronunciamento na Assembléia Constituinte de 1823, que afirmava que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica e impedia a construção da nação, faz um paralelo apontando que a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a construção da cidadania e da verdadeira democracia.

## Referências Bibliográficas

- ARGUELLO, O. "Pobreza, poblacion y desarrollo". In: *Notas de Poblacion - Revista Latinoamericana de Demografia*. Ano VII, nº20, Centro Latinoamericano de Demografia - CELADE, agosto de 1979.
- BARROS, R.; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil". In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Org. Ricardo Henriques. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Copyright 2000 by the International Bank
- BANCO MUNDIAL. "World Development Indicators 2000". Washington, DC: Março, 2000
- BARROS, R.; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil". In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Org. Ricardo Henriques. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BORGES, Daniel de Araujo. "Medindo Desigualdade e Pobreza: medidas distintas, resultados desiguais". Universidade de Brasília: julho, 2000.
- CARVALHO, J.M. "Cidadania, estadania, apatia" artigo de 24 de julho de 2001, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Características da população e dos domicílios: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- FERREIRA, F. e LITCHFIELD, J. "Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil - 1981/95". In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Org. Ricardo Henriques. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HOFFMAN, R. "Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil". In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Org. Ricardo Henriques. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

- HOFFMAN, R. "A distribuição de renda no Brasil no período 1992-2001". *mimeo*. Outubro, 2002.
- LEWIS, O. "The culture of poverty", In: Moynihan, D. (ed.), *On Understanding Poverty*, Nova York, Basic Book Inc., 1968.
- MEDICI, Érika Vianna. "Relatório da Revisão Bibliográfica Referente à Seleção de Metodologia Estatística para Análise da Desigualdade". Produto 1, Projeto 5 - Sistema de Indicadores Sócio-Demográficos. IBGE: novembro, 2000.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM
- ROCHA, Sonia. – " On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, concepts and Measurement" Texto de Discussão nº 553 – Rio de Janeiro: IPEA, 1998
- SEN, Amartya. "Inequality Reexamined". Russel Sage Foundation, New York: Harvard University Press, 1992.
- SEN, Amartya *et alli*. "The Standard of Living". The Tanner Lectures. Cambridge University Press, 1985.
- SEN, Amartya. "Poverty: Na Ordinal Approach to Measurement". *In: Econometrica*, volume 44, nº2 , março de 1976.
- SILVA, Nancy e KASOOUF, Ana: "O trabalho e a escolaridade dos brasileiros jovens". *In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Ouro Preto 4 a 8 de novembro de 2002.
- SÍNTESE de Indicadores Sociais da PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2001
- SÍNTESE de Indicadores Sociais da PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2002
- SÍNTESE de Indicadores Sociais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 409p. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica nº12)
- SÍNTESE de Indicadores Sociais 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 383p. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica nº11)
- SÍNTESE de Indicadores Sociais 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 369p. (Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica nº5)
- SCHWATZMAN, S. "Poverty Statistics: The Issues". *In: Expert Group on Poverty Statistics, mimeo*.
- SOUTO DE OLIVEIRA, J. org, *O Traço da Desigualdade Social no Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

TILLY, Charles. "Durable Inequality". Berkeley: University of California Press, 1998.

TOLOSA, H.C., "Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80", In: A Questão Social no Brasil – Fórum Nacional, Org. João Paulo dos Reis Veloso, Nobel, 1991.